



Vai começar a campanha para a eleição de 85

- Já é acirrada, nos bastidores do mundo político, a disputa pela Prefeitura das capitais.
- Um em cada quatro eleitores brasileiros participará das primeiras eleições da Nova República, dentro de 6 meses.
- A Tribuna Operária ouviu os analfabetos. Mesmo proibidos de votar, até o último dia 9, eles já se interessavam pela política e até militavam como cabos eleitorais... Página 3.

Governo reconhece: É URGENTE MUDAR A LEI DE GREVE

Teste de força na greve dos metalúrgicos



Foto: César Diniz

A paralisação dos operários de São Bernardo já ultrapassou um mês e mostra a vitalidade dos grevistas. Os patrões se mantêm irredutíveis e pressionam o governo para que reprima o movimento paredista - não obtendo êxito. Além dos metalúrgicos, foram à greve os funcionários do Correio, empregados na saúde do Rio de Janeiro e professores de vários Estados, evidenciando o pique grevista no início da Nova República.

Pág. 7.

O presidente da República, José Sarney, admite que há urgência para a substituição da lei anti-greve, herdada pela Nova República dos tempos da ditadura militar. A atitude diante das lutas dos trabalhadores levou a tensões da equipe de governo, com o patronato pressionando a ala conservadora do Ministério e pedindo a cabeça de Almir Pazzianotto, ministro do Trabalho. Porém, na terça-feira, o governo afirmava textualmente que a greve é um "direito universal" e os movimentos atuais desenvolvem-se "num quadro de normalidade".

Pág. 4.

EDITORIAL

Medo da liberdade

Pazzianotto "briga" com Gusmão — é como alguns jornais apresentam a acirrada polêmica em torno da lei de greve. "Conciliação fatal" — dizem outros para atacar a decisão do governo de respeitar o direito dos trabalhadores pararem as máquinas para obterem suas reivindicações. Falam também na "ameaça do caos", se não houver "aplicação estrita" da lei.

Não se trata de "briga", assim como não existe nenhum perigo fatal. O que se coloca no fundo da questão é a contradição fundamental que marca a transição democrática em curso. Uns afirmam-se à "ordem", pedem a aplicação da lei, porque pretendem conservar ao máximo a herança deixada pelo regime militar. Representam parcelas conservadoras da sociedade. Aceitam a Nova República desde que seja "nova" apenas na fachada. Para estes a liberdade é o caos, enquanto a garantia dos lucros exorbitantes e dos interesses patronais é a "normalidade democrática".

Para outros, ligados ao movimento progressista, a "ordem" da Lei de greve, da Lei de Segurança Nacional, das medidas de emergência, é uma ordem caduca, de natureza ditatorial, em desacordo com os novos tempos de democracia e de progresso que a nação necessita. A Nova República não pode, sob pena de negar a sua essência, recorrer a esta legislação reacionária.

Não são os trabalhadores que criam problemas. Quem está em falta é a Nova República que não promove as transformações com a velocidade exigida pela realidade. Quem cria problemas são os intransigentes reacionários, que consideram descabido um operário, que teve o seu poder aquisitivo reduzido à metade, pedir reajuste salarial que impeçam novas perdas e um percentual mínimo para iniciar a recuperação do que lhe foi usurpado. Quem cria problemas são os capitalistas ambiciosos, que lucraram na época do "milagre",

que continuaram lucrando mesmo com a grave crise que sacode o país e agora se recusam a aceitar que, com o fim da "mamãe ditadura", os trabalhadores resistam à exploração usando os direitos que a democracia lhes assegura.

Esta mesma contradição se manifesta na questão de uma nova política econômica e em especial no tratamento da dívida externa e dos acordos com o FMI. Da mesma forma aparece na Comissão do Entulho, onde os progressistas tratam de varrer o arbitrio e os conservadores teimam em manter grande parte das antigas normas impostas pelos generais.

Na luta pela legalidade dos partidos, uns alegam que "não se pode permitir a proliferação de legendas" e que é "perigoso" facilitar as condições para a criação de partidos. No fundo é o medo da liberdade que atormenta esta gente. Falam em democracia mas pensam primeiro em seus privilégios. Já têm suas legendas e não querem ceder espaço para ninguém. E ainda se julgam no direito de não permitir que os outros se organizem.

Embora já se tenha repetido mil vezes, não há mal nenhum em dizer novamente que a liberdade não se ganha de presente. É uma conquista que depende da unidade, da organização e da luta do povo. É disto que vai depender também o sucesso ou o fracasso da Nova República.

As eleições de 15 de novembro, assim como a campanha para a Constituinte, enfrentarão diariamente estas questões. Nestas batalhas é da maior importância criar no país um vigoroso movimento progressista de massas, combatendo as opiniões defasadas e avançando com segurança para as transformações estruturais que a nação necessita. O que se impõe é vencer o velho e implantar o novo, varrer a ditadura e construir a democracia. Os trabalhadores estão nas primeiras fileiras deste combate.

O Estatuto resolve os problemas da terra?

Questão atica debate às vésperas do Congresso da Contag. Pág. 10.

Holandeses não gostaram da visita do papa

O conservadorismo extremado de João Paulo II em política, religião e questões sociais, despertou massivas manifestações populares de protesto durante a viagem. Leia na pág. 2.

Um escritor que soube aprender com o seu povo

Homenagem a Victor Hugo, no 100º aniversário do grande romancista, poeta e democrata francês. Pág. 9.



Foto: Márcio Meizker

Assalariados de cana: o centro da campanha é o preço da diária.

Canavieiros de S. Paulo preparam greve por diária

Os assalariados agrícolas dos canaviais estão dispostos a parar o corte se os usineiros e fornecedores não cederem. Página 6.

O começo do fim

do mar de lama das mordomias

do governo da Nova República, de que os ministros pagaram despesas pessoais do próprio bolso. Pág. 4

Fundação Maurício Grabois

João Paulo II revolta os cristãos holandeses

O Papa João Paulo II amargou uma dura passagem pela Holanda. Em sua 26ª viagem em sete anos de pontificado, o dirigente da Igreja de Roma foi estrondosamente vaiado e não chegou a lotar a catedral de Santa Catarina, na celebração da missa dominical, dia 12. Os protestos do povo holandês são a resposta a posições ultraconservadoras de Karol Wojtila.

Foi a mais pungente manifestação contrária à orientação direitista que João Paulo II vem imprimindo à Igreja Católica. Antes, na Nicarágua e no Canadá, o Papa já havia sido alvo de vaias e críticas de católicos e religiosos progressistas. Mas na Holanda o chefe do Vaticano não conseguiu sequer visitar as grandes cidades: seu roteiro só incluía os pequenos centros urbanos, numa fuga premeditada a manifestações de protestos das grandes massas. Mas nem isso conseguiu evitar o repúdio popular ao dirigente religioso.

"Querido Deus, dai-nos um papa com bons ouvidos", diziam faixas espalhadas pelos locais onde Wojtila transitaria. Os cristãos holandeses há vários anos pleiteiam mudanças de caráter democrático e progressista na estrutura católica. Suas reivindicações pelo direito ao divórcio, controle da natalidade, fim do celibato e igualdade de condições para homens e mulhe-



Papa fugiu das grandes cidades, temendo manifestações

res na Igreja (inclusive o direito de sacerdócio às mulheres) datam da época do Concílio Vaticano II. Se as relações com o Vaticano já apresentavam atritos antes da ascensão do papa polonês, elas caminham para o deterioramento completo após a tomada do poder por João Paulo II.

INTERVENÇÃO

Para barrar o crescimento dos anseios democráticos

entre os religiosos holandeses, o Papa passou a realizar uma verdadeira intervenção do Vaticano na hierarquia eclesial do país. Passando por cima das indicações do episcopado local, João Paulo II nomeou cardeais e bispos de sua preferência pessoal — o que significa dizer, conservadores em extremo. Prevendo as dificuldades que isso lhe traria durante sua passagem

no país, logo no primeiro pronunciamento em Endhoven exigiu uma "Igreja unida e centralizada" e disse que não devia explicações a ninguém sobre os bispos que impusera à Holanda.

Naturalmente, relações tão conflitantes têm suas consequências. Assim, o número de padres que abandonam a batina na Holanda é três vezes superior à média mundial. Também a frequência à missa da parte dos 5,8 milhões de católicos caiu de 70% em 1960 para 20% neste ano.

O governo holandês teve de mobilizar mais de 10 mil agentes de segurança para a visita papal. E enquanto seus discursos eram realizados para aglomerações com cerca de 5 mil pessoas, as manifestações de protesto atraíram de 10 a 15 mil holandeses.

Visando silenciar as reivindicações do clero local, o cardeal primaz Adriaan Simonis — um dos intervenientes nomeados por Wojtila no país — selecionou a dedo os oradores dos encontros do Papa com religiosos, e fez a censura prévia de seus pronunciamentos. Mas mesmo isso não deu certo. Padres e madres abandonaram os textos censurados e criticaram as "barreiras que não deveriam ser erguidas por ninguém" na hierarquia católica. Desgastado, João Paulo II teve de se contentar mesmo com coros e danças infantis na sua peregrinação holandesa.

Revisionistas do PCI amargam derrota nas eleições italianas

As eleições municipais e regionais na Itália, no fim da semana retrasada, não trouxeram o resultado alardeado pelas pesquisas de opinião às vésperas do pleito. Mais uma vez, os eurocomunistas do PCI vão ficar "na fila", apesar de seus esforços para convencer a burguesia italiana de que são "confiáveis".

A Democracia Cristã venceu as eleições municipais e regionais na Itália, no fim de semana retrasada. Os revisionistas do PCI sofreram inesperada derrota, caindo para 30% do eleitorado. Durante alguns dias, a imprensa burguesa alardeou pesquisas que anunciavam a vitória dos eurocomunistas, que assim abririam caminho para participar de uma coalisão de governo. Já nas eleições do Parlamento Europeu, em junho passado, o PCI conseguiu ligeira vantagem sobre a DC, com 33,3% contra 33%.

Desta vez a ofensiva da Igreja Católica e a participação pessoal de João Paulo II na campanha dos democratas cristãos conseguiram manter a votação desse partido em 33,5%. Mas o slogan da campanha "Vote na DC para não acordar em outro país" parece um pouco exagerado.

O PCI percorreu uma longa trajetória de traição às posições revolucionárias. Hoje, luta por "reformas estruturais" que integrem gradualmente o capitalismo no socialismo.

Quem realmente está "se integrando" na vida política burguesa é o PCI, que defende a Constituição capitalista, implora cadeiras no gabinete e administra algumas cidades importantes, como Roma (que, tudo indica, perdeu nestas eleições). Os eurocomunistas partilham também da corrupção, uma instituição das mais sólidas da democracia italiana. Os deputados revisionistas estão implicados no escândalo da loja maçônica P-2, que envolveu todos os partidos em 1981.

Sem apresentar uma alternativa real para a crise do capitalismo italiano, o PCI já não repete grandes resultados eleitorais como os 34% de 1976. Seu diário, "L'Unità", teve no ano passado um déficit de 12 bi-

lhões de liras e enfrentou uma greve de gráficos: ao melhor estilo burguês, os dirigentes do partido queriam demitir funcionários para reduzir os custos.

Há de se reconhecer que os eurocomunistas se empenham em demonstrar fidelidade ao sistema explorador. Já fizeram o "compromisso histórico" em que prometiam submissão à ordem burguesa; já renunciaram, até mesmo nos estatutos, ao marxismo-leninismo. Como prova suprema da lealdade à classe dominante, defenderam a permanência da Itália na OTAN, o pacto militar agressivo capitaneado pelos EUA. Mas por enquanto a burguesia não parece disposta a chamar o PCI para a cabeceira da mesa de seu banquete.

(Sílvia Queiroz)

Apartheid promove matança de negros

A polícia admite ter matado 140 negros, mas a oposição denuncia que já ultrapassa 200 o número de populares assassinados pela repressão na África do Sul, somente neste ano. Os enfrentamentos entre a população pobre e trabalhadora negra e os defensores do regime racista sucedem-se diariamente. Os negros, organizados na Frente Democrática Unida (FDU), vão aos milhares nas manifestações por liberdade, fim da discriminação racial, condições dignas de vida. A resposta do governo de Pieter Botha resume-se a atirar a polícia contra os populares, multiplicando o número de mortos. Os agentes da repressão realizam buscas de lideranças populares nos guetos negros, e prendem indiscriminadamente os trabalhadores. No início do mês, a polícia liberou os corpos do líder sindical Andries Raditsela, de 29 anos, e do líder estudantil Sipho Mursi, de 20 anos, mortos após dois dias de prisão com lesões cerebrais devido a "pancadas na cabeça",

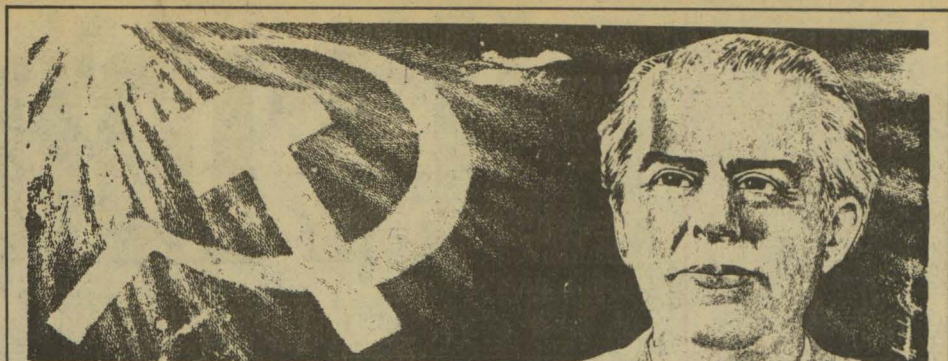


No Cabo (foto) e outras cidades, os racistas já mataram mais de 200 populares desde janeiro

como cinicamente admitia o informe governamental. A repressão massiva, ao tempo em que faz aumentar o descontentamento da população negra sul-africana, leva também ao crescimento de manifestações anti-apartheid em todo o mundo. Avolumam-se as pressões contra as relações comerciais dos países da Europa com a África do Sul. Nos Estados Unidos, estu-

dantes da Universidade de Columbia bloquearam as vias de acesso às principais instalações dos campi, em protesto contra os investimentos de 34 milhões de dólares da instituição na África do Sul. E a Organização das Nações Unidas homenageou o cantor negro norte-americano Stevie Wonder que tem se destacado nos atos de protesto contra o apoio do governo Rea-

gan ao apartheid. Wonder compôs, recentemente, a canção "I just call to say I love you" em homenagem a um preso político sul-africano, Nelson Mandela. Wonder, que já foi detido nos EUA devido aos seus protestos contra a discriminação racial, anunciou que sua próxima canção se chamará "Apartheid is Wrong" ("apartheid é errado").



HOMENAGEM PÓSTUMA A ENVER HOXHA

No momento em que encerrávamos esta edição, na noite de 16 de maio, estava sendo realizada na Câmara Municipal de São Paulo uma homenagem póstuma ao dirigente do Partido do Trabalho da Albânia, Enver Hoxha. A homenagem, organizada por uma comissão integrada por João Amazonas, o deputado Benedito Cintra, o sindicalista Jamil Murad, e a presidente da Associação de Amizade Brasil-Albânia, Vânia Ribeiro, entre outros, contou com a participação de 200 pessoas. "Enver Hoxha foi um destacado e talentoso dirigente político e estadista. À

frente do Partido do Trabalho da Albânia, conduziu os albaneses à histórica vitória sobre o nazi-fascismo em 1944 e comandou a edificação socialista nas condições de um país atrasado, que trouxe bem-estar, progresso, liberdade e independência ao seu povo.

Internacionalista consequente, Hoxha foi um incansável batalhador pelos direitos dos povos e sincero e ardente amigo do povo brasileiro", dizia o convite para o ato de homenagem. Na próxima edição traremos notícias mais detalhadas sobre o evento.

Assassinato de menores por militares argentinos

A Chacina do Lápis, hediondo assassinato de crianças por militares argentinos, comoveu o tribunal que julga os membros das Juntas Militares que assumiram o poder na Argentina a partir de 1976. Um sobrevivente relatou a chacina que começou na madrugada de 19 de setembro de 1976. A prisão de 17 adolescentes entre 14 e 18 anos ficou conhecida como "Chacina do Lápis" porque os jovens cometeram o "crime" de fazer um abaixo-assinado com "lápiz esferográfico" por passes de ônibus. Dos prisioneiros, 14 foram assassinados, "desaparecidos para sempre", e três sobreviveram. Eis trechos do depoimento de Pablo Alejandro Diaz, à época com 18 anos — era o mais velho do grupo:

"Um guarda me disse que me poriam na 'máquina da verdade' e eu pensei que fosse o detector de mentiras dos filmes. Mas era uma máquina de choque elétrico, que me queimou

os lábios, gengivas, órgãos genitais, todo o corpo. O padre do quartel apareceu numa noite: 'Vai haver fuzilamentos. Você quer se confessar?'. Depois nós pusermos contra a parede. As meninas choravam. Uma gritava: 'Mãe, vão me matar!'. Um rapaz gritou 'Vivam os montoneros!'. Eu continuei mudo. Dispararam. Eu não sabia se estava vivo ou morto. Houve um silêncio".

Em seguida levaram Pablo para a Brigada de Investigações de Banfield, onde ele pode ver por alguns minutos sua namoradinha de 16 anos, Cláudia Falcone: "Ela gritou enloquecida: 'Não me toca. Eles me violaram na tortura, pela frente, por trás, por todos os lados'". Pablo ouviu Maria Ciochini, de 17 anos, gritar: "Matem me por favor, mas parem com isto". Pablo saiu quase cego da penitenciária de La Plata, em novembro de 1980, quando conseguiu a liberdade.

Saiu o boletim da AABA

Saiu a nova edição do boletim Albânia, da AABA. Dedicado à apreciação da vida e obra de Enver Hoxha, o líder albanês que faleceu em 11 de abril, o boletim traz ainda notas sobre a aproximação diplomáticas entre Brasil e Albânia, livros sobre o pequeno país dos Balcãs, etc. Albânia pode ser solicitado à AABA, rua Barão de Itapetininga, 297, sala 53, fone 255-1861. CEP 01042.

O Socialismo é o legado de Enver

EDITORIAL

A morte de Enver Hoxha, o líder da revolução socialista na Albânia, é uma perda para o movimento revolucionário mundial. Enver Hoxha foi um homem de visão, um homem que soube conduzir o povo albanês à vitória sobre o nazi-fascismo em 1944 e à construção de um país independente e socialista. Ele foi um homem que soube defender a liberdade e a democracia, e que soube lutar contra o imperialismo e o capitalismo. Ele foi um homem que soube construir um país forte e independente, e que soube defender a paz e a cooperação entre os povos. Ele foi um homem que soube conduzir o povo albanês à vitória sobre o nazi-fascismo em 1944 e à construção de um país independente e socialista. Ele foi um homem que soube defender a liberdade e a democracia, e que soube lutar contra o imperialismo e o capitalismo. Ele foi um homem que soube construir um país forte e independente, e que soube defender a paz e a cooperação entre os povos.

Eleito Ramiz Alia

A eleição de Ramiz Alia para o cargo de primeiro-ministro da Albânia, em maio de 1985, é um marco na história do país. Alia é um homem de visão, um homem que soube conduzir o povo albanês à vitória sobre o nazi-fascismo em 1944 e à construção de um país independente e socialista. Ele foi um homem que soube defender a liberdade e a democracia, e que soube lutar contra o imperialismo e o capitalismo. Ele foi um homem que soube construir um país forte e independente, e que soube defender a paz e a cooperação entre os povos.

Brasil-Albânia

O relacionamento entre o Brasil e a Albânia tem sido sempre muito próximo. Isso se deve ao fato de que ambos os países são países de desenvolvimento, e que ambos os países são países que defendem a liberdade e a democracia, e que ambos os países são países que defendem a paz e a cooperação entre os povos.

Leia o marxismo-leninismo

- STÁLIN
- Materialismo dialético e materialismo histórico - 6.900
- Fundamentos do leninismo - 13.800
- O marxismo e o problema nacional e colonial - 10.000
- Problemas econômicos do socialismo na URSS - 8.000
- JOÃO AMAZONAS
- Socialismo, ideal da classe operária - 4.000
- O revisionismo chinês de Mao Tsetung - 3.000
- O trotsquismo, corrente política contra-revolucionária - 500
- ENVER HOXHA
- Imperialismo e revolucion - 5.000
- Relatório ao 8º Congresso do PTA - 2.000
- História do Partido do Trabalho da Albânia - 15.000
- Discurso aos eleitores - 2.000
- Reflexões sobre China - 2 volumes - cada um 10.000
- Albânia, 40 anos desbravando a história - 5.000
- OUTROS AUTORES
- Em defesa dos direitos e da emancipação da mulher - Luiza Moraes -
- textos de Marx, Engels, Lênin e Auguste Bebel - 5.000
- História da riqueza do homem - Léo Hubermann - 25.000
- Princípios fundamentais do marxismo - Plekhanov - 12.500
- Os dez dias que abalarão o mundo - John Reed - 26.500
- Itinerário de lutas do PC do Brasil - Haroldo Lima - 3.000
- O Brasil de hoje do ponto de vista popular - 3.000
- A questão agrária - Kautsky - 11.200
- Bela poesia do povo - Antônio Cassemiro - 5.000
- Agenda da mulher 1985 - 8.000
- História do Partido Bolchevique, 2º fascículo - 5.000
- PRINCÍPIOS Nº 10 - 6.000
- Assinatura anual, 4 vols., - 22.000.
- Podidos para a Editora Anita Garibaldi Ltda. pelo reembolso postal, vale postal ou cheque nominal para o Banco de Brasília, Agência 43 - Bela Vista - CEP: 01317 - São Paulo - fone: 34-0589.

Fundação Maurício Grabois



Feldman: "Popularizar o debate".

Câmara cria Comissão pela Constituinte

A Câmara Municipal de São Paulo realizou na última segunda-feira uma sessão solene para instituir a Comissão Especial de Estudos Pró-Constituinte daquele legislativo, que contou inclusive com a presença do ministro da Justiça, Fernando Lyra.

A sessão foi aberta pelo vereador Marcos Mendonça, presidente da Câmara. O ministro Fernando Lyra recordou o seminário realizado pelo PMDB no início dos anos 70, quando esse partido começou a assumir a defesa da Constituinte. Lyra também enfatizou que é imprescindível organizar amplos debates em todos os setores da sociedade em torno do tema, destacando a importância da iniciativa da Câmara neste sentido. "A democracia — friso Lyra — não é luxo para políticos e intelectuais. É o oxigênio de que todos precisamos".

O vereador Wálter Feldman, presidente da Comissão, salientou que a constituição da Comissão Especial Pró-Constituinte da Câmara responde, ao mesmo tempo, a dois propósitos: "O primeiro, recolher sugestões e realizar estudos que possam contribuir para uma das tarefas destacadas que a futura Assembléia Constituinte terá pela frente: a de instaurar a plena autonomia política, administrativa e financeira de todos os municípios, e resgatar as prerrogativas do poder legislativo em todos os níveis; e tem, ainda, o propósito de concorrer para a popularização do debate constitucional, incorporando todas as correntes de opiniões expressivas de nosso município, em especial a população trabalhadora".

Feldman também assegurou que, além de soberana e livremente eleita, "a Constituinte precisa ser preparada, acompanhada e seguida pela mais ampla, entusiástica e vigorosa mobilização popular. Constituinte com liberdade e participação: esta é a meta que nos guia".

Vereadores gaúchos apóiam PC do B legal

A Comissão pela Legalidade do Partido Comunista do Brasil, no Rio Grande do Sul, foi recebida dia 7 pela Câmara Municipal de Viamão. Os vereadores manifestaram seu apoio à campanha democrática do PC do B pela legalidade. Edson Silva, da Comissão, fez uma exposição aos vereadores e populares sobre a importância da vitória da democracia sobre o regime militar na sucessão presidencial e seu significado para a obtenção das mudanças reivindicadas pelo povo.

No dia 9 foi a vez dos vereadores de Canoas manifestarem seu apoio à legalidade do PC do B. Por solicitação do metalúrgico e vereador Luiz Antônio da Silva, do PDT, a Câmara Municipal recebeu a comissão durante o grande expediente, com as galerias da Casa lotadas de populares. Além do representante da Comissão, falaram na sessão parlamentares do PDT, PMDB e PDS, apoiando a legalização do PC do B e demais partidos mantidos na clandestinidade. Ainda por sugestão do vereador metalúrgico, a Presidência da Câmara ficou de marcar nova data, desta vez para um debate com representantes do PC do B. (da sucursal)

Já está em marcha acelerada a batalha pelas eleições municipais de 15 de novembro. No último dia 15 venceu o prazo para secretários estaduais e municipais se desincompatibilizarem caso quisessem se candidatar. E os partidos em legalização poderão lançar candidatos se até 15 de julho tiverem encaminhado seus documentos ao Tribunal Superior Eleitoral.

A disputa não tem interesse restrito aos municípios e mesmo aos Estados. A vitória das correntes mais progressistas nas capitais terá enorme influência nos rumos da transição democrática inaugurada com a Nova República. Será a oportunidade para derrotar velhas oligarquias que, por força da legislação anterior, se mantinham encasteladas no poder, uma vez que cabia ao governador indicar os prefeitos das capitais, mesmo quando derrotado nas eleições para Câmara de Vereadores. O eleitorado das capitais terá possibilidade de forçar a indicação para a prefeitura de elementos comprometidos com o povo, com programas progressistas.

A mobilização nas ruas, a ser promovida pela campanha eleitoral, será na verdade o início prático da batalha pela nova Constituição. As bandeiras a serem levantadas devem representar a continuidade das jornadas pelas diretas-já e pelo candidato único das oposições. Devem abrir um amplo debate nacional sobre os problemas maiores que afligem o país, que serão objeto de discussão na futura Constituinte.

Unidade para mudar, mobilização do povo para conquistar as transformações — esta deveria ser a preocupação das forças progressistas na escolha dos candidatos, na formulação dos programas e no planejamento das campanhas eleitorais para 15 de novembro. Isto vale para as capitais e para os municípios anteriormente tidos como "de segurança nacional", onde na maioria se concentram grandes contingentes operários, por serem áreas de polos industriais, como Cubatão, Volta Redonda, Camaçari, etc.

Mas a batalha não vai ser fácil. Os conservadores e revisionistas, adversários da Nova República, vão jogar duro. Além disto, incompreensões dentro da própria Aliança Democrática dificultam o combate.

PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO

Em São Paulo o desmoralizado Jânio Quadros azeita sua poderosa máquina eleitoral, com uma linguagem populista e reacionária, pregando a pena de morte, a colocação da polícia nas ruas no velho estilo da Rota: "bandido é para morrer". E já se articula a dobradinha PTB-PDS.

No Rio de Janeiro, de volta dos Estados Unidos, Leonel Brizola trouxe na bagagem articulada a candidatura de Saturnino Braga para a Prefeitura, e preparando condições para sua pretendida caminhada futura para o Palácio do Planalto. Saturnino, que queria disputar o governo estadual em 1986, está sendo violentamente pressionado para abandonar esta idéia e servir às ambições de Brizola.

No Nordeste no Maranhão, Ceará e Pernambuco

em particular, aparecem concepções estreitas, de caráter grupista, dentro do próprio PMDB. Colocam como alvo principal não o PDS e a reação, mas a Frente Liberal. Em alguns casos, escandalosamente, existem até ensaios de acordo com malufistas para preservar antigos esquemas políticos.

Na Bahia esboça-se uma tentativa de impor de cima para baixo uma candidatura no PMDB sem um processo democrático para contemplar a correlação de forças e as necessidades políticas no Estado. Cria-se inclusive a ameaça de que certos setores com prestígio de massas, descontentes, sejam puxados pelo PDT.

No Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba surge um grande número de pretendentes. Em São Paulo o PMDB já listou 12 nomes; ao todo, o conjunto dos partidos soma quase 30 candidatos. Em Curitiba o PMDB tem cinco nomes em cogitação e na capital mineira já são nove. A disputa é salutar. Faz parte do jogo democrático. Mas é fundamental preservar o espírito de unidade, a disposição de no final apoiar o nome que reúna melhores condições para dar prosseguimento à luta pelas mudanças progressistas.

No Rio agora é que começa a se vislumbrar a possibilidade de unificação do PMDB. O jornalista Paulo Alberto ex-candidato a senador, o vereador Sérgio Cabral e a ex-deputada Heloneida Studart formaram uma chapa única (Nova República) para derrotar o candidato chaguista Jorge Leite nas convenções distritais. Existe o esboço de um compromisso entre eles de apoiar a candidatura de um deles, que vencer convenção municipal. Alguns consideram que o nome de unidade mais provável é o de Paulo Alberto. Brizola tenta cooptar parte do PMDB, propondo uma coligação nos moldes acertados no início de seu governo na Câmara e na Assembléia Legislativa. Ao mesmo tempo, articula uma possível aliança com o PDS. Ou seja, "se for para o meu benefício, vale tudo".

Fica evidente a necessidade urgente das forças populares levantarem um brado de alerta. A eleição de 15 de novembro é continuidade da luta contra o regime militar. É peça indispensável para consolidar a vitória democrática e avançar para as transformações progressistas. Não pode ser uma corrida aos cargos ou uma briga de grupos. A unidade dos democratas e progressistas é indispensável para cumprir esta tarefa tão importante. Os acordos eleitorais, devem obrigatoriamente levar isto em consideração. E hoje, com a conquista do direito às coligações, criam-se melhores condições para forçar candidatos mais avançados e mais representativos. É preciso que o interesse do povo e da nação predomine sobre as ambições e disputas menores.



Manoel (ao centro) não estudou porque morava na roça, longe da escola: "É bom a gente votar".

O voto de quem não sabe ler

Com a reforma constitucional que concedeu o direito de voto aos analfabetos, cerca de 20 milhões de pessoas agora poderão escolher seus candidatos. A Tribuna foi a campo e constatou que parcela significativa deles, mesmo marginalizada das decisões pela antiga lei, tinha participação ativa nas lutas populares e inclusive nas campanhas eleitorais.

É o caso, por exemplo, de Maria dos Santos Aparecida, a Dona Cida, 51 anos, mãe de 11 filhos. Ela ficou muito contente com esta notícia, pois vai votar pela primeira vez. Está cursando o Mobral e, antes do que se esperava, vai tirar seu Título de Eleitor.

Dona Cida trabalha atualmente na creche da Ponte Rasa, periferia de São Paulo, e sempre teve participação ativa nos movimentos populares, seja na luta contra a carestia, na ocupação de terrenos baldios e inclusive nas campanhas eleitorais. Ela conta que faz campanha política desde os sete anos: "Na eleição do Gaspar Dutra eu trabalhei para ele. Eu tinha 16 anos. Mas depois que ele ganhou começou a faltar comida, o povo dizia prá gente: Vo-

tou no Gaspar Dutra, agora come fubá, filho da p...".

ANALFABETA, SIM, MAS PARTICIPANTE

Ela mora na favela do Jardim Cotinha, na Ponte Rasa. E explica: "O povo da favela onde moro é que vai ficar contente, lá tem tanto analfabeto..."

Com uma expressão sombria, dona Cida explica por que não estudou. "Trabalho desde os sete anos. Minha família morava numa fazenda em Araraquara e eu não podia estudar". Seus sete filhos homens tiveram que terminar os estudos no Mobral, "porque começavam a estudar e tinham que parar para trabalhar".

O fato de ser analfabeta não impediu que ela trabalhasse para seus candidatos preferidos. "Eu ficava sentida de não poder votar, mas me conformava em arranjar bastante votos para os candidatos de oposição. Fiz campanha para o Aurélio Peres".

Dona Cida tem posição política definida e uma avaliação do que se passa no país. Diz que quando houve o golpe de 64 ficou "com muita raiva". E daí por diante combateu o regime dos generais porque "nunca se conformou com a pobreza e a fome".

Já Moisés Pereira do Nascimento, 66 anos, não quer mais tirar o Título: "Estou no fim da vida" afirma. Hoje Moisés é viúvo, mas antes foi lixeiro na Prefeitura durante 17 anos. Nasceu em Pernambuco e está em São Paulo há 34 anos. Sempre quis votar. Se tivesse condições teria estudado. Mas na roça, a 16 léguas de Petrolina, "só estudava filho de tubarão".

Na favela do Jardim Robru, também na zona Leste, moram vários analfabetos. Manoel Lourenço Gonçalves, pai de sete filhos, trabalha na Fábrica de Móveis Sakai. Vai tirar o Título de Eleitor pela primeira vez e considera que "é bom a gente votar, para entrar um governo que preste". Manoel acompanha as notícias pelo rádio — não tem televisão em casa — e sabe do que está acontecendo. "Sou curioso — observa ele ao lado dos filhos pequenos. Acho que essa medida do governo foi boa. Para quem não tem estudo é uma vantagem muito grande". Manoel é mineiro e também não estudou porque morava na roça, precisava dar duro e não tinha tempo. Como milhões de brasileiros... (Domingos Abreu Miranda).

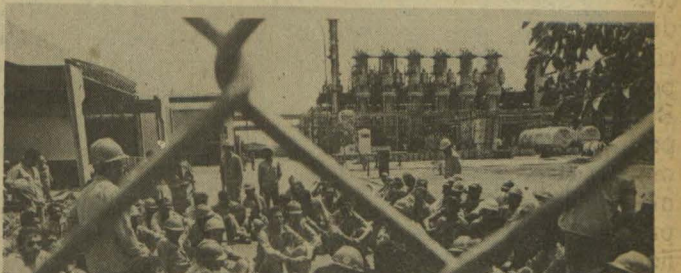
Quem vai votar em 15 de novembro

Um em cada quatro eleitores brasileiros mora nas capitais dos Estados e comparecerá às urnas em 85

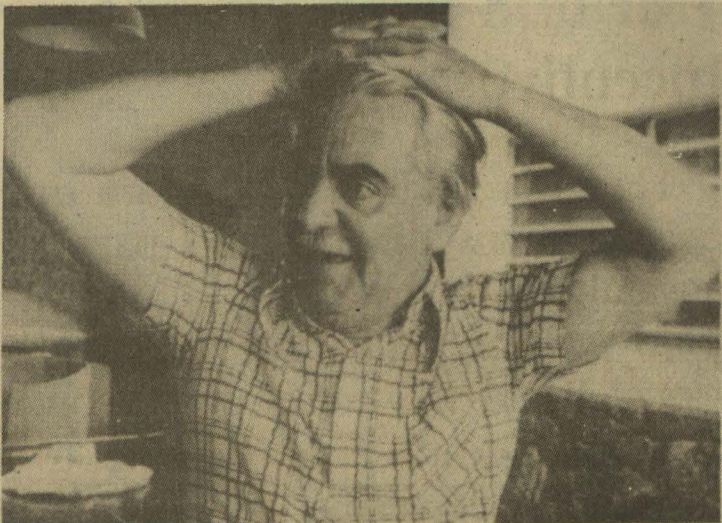
CAPITAIS	habitantes	1 % do Estado	2 eleitores	% do Estado
São Paulo	8.493.000	33,9%	4.503.000	34,9%
Rio de Janeiro	5.090.000	45,0%	3.033.000	45,9%
Belo Horizonte	1.780.000	13,3%	911.000	13,7%
Salvador	1.491.000	15,8%	666.000	15,9%
Fortaleza	1.307.000	24,7%	585.000	26,3%
Recife	1.203.000	19,6%	538.000	21,7%
Porto Alegre	1.125.000	14,5%	661.000	15,5%
Curitiba	1.024.000	13,4%	578.000	14,2%
Belém	933.000	27,4%	483.000	32,3%
Goiania	717.000	18,6%	287.000	14,6%
Manaus	633.000	44,3%	302.000	54,8%
São Luís	449.000	11,2%	204.000	14,0%
Natal	416.000	19,9%	199.000	20,7%
Maceió	399.000	20,1%	161.000	22,4%
Teresina	377.000	17,6%	165.000	17,2%
João Pessoa	329.000	11,9%	143.000	11,5%
Aracaju	293.000	25,7%	136.000	29,3%
Cuiabá	212.000	18,6%	97.000	16,8%
Vitória	207.000	10,2%	121.000	12,4%
Florianópolis	187.000	5,2%	120.000	5,8%
Macapá	137.000	78,3%	61.000	85,9%
Porto Velho	133.000	27,1%	62.000	26,2%
Rio Branco	117.000	38,9%	60.000	50,4%
Boa Vista	67.000	84,8%	32.000	84,2%
TOTAL	27.119.000	22,8%	14.108.000	24,3%

ÁREAS DE SEGURANÇA — 3 CENTROS OPERÁRIOS	habitantes	eleitores
Duque de Caxias (RJ)	579.000	294.000
Canoas (RS)	220.000	115.000
Volta Redonda (RJ)	183.000	110.000
Camaçari (BA)	89.000	30.000
Cubatão (SP)	78.000	46.000
Candelária (BA)	54.000	35.000
Paulínia (SP)	20.000	12.000
TOTAL	1.223.000	642.000

1) Dados do último Censo Demográfico do IBGE, de 1980.
2) Dados referentes a 1985: o número de eleitores em 15 de novembro de 1985 deverá ser 1.223.000, não se devendo esquecer o crescimento da população mais considerável em consequência da garantia do direito de voto aos analfabetos.
3) Estes são os municípios, áreas de segurança nacional com fortes concentrações proletárias: outros 25 municípios, que também terão eleições, entraram nessa categoria por outros motivos, principalmente por ficarem em região de fronteira.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Jânio de volta: candidato dos conservadores.

Sarney recomenda mudar a lei de greve

A atual onda de greves serviu de motivo na semana passada para outro episódio da contradição, característica da Nova República, entre os que desejam mudanças para valer e os que pretendem apenas alterações de superfície. O xis do problema é: como conciliar um governo que se compromete com a democracia e uma lei de greve herdada da ditadura?

O incidente foi deflagrado pelo ministro Roberto Gusmão, da Indústria e Comércio, que desferiu pelas câmeras da Rede Globo de TV uma crítica aberta à maneira de tratar as greves usada por seu colega do Ministério do Trabalho, Almir Pazzianotto. “O ministro às vezes entra na frente para tentar a conciliação, quando isso não é necessário”, declarou Gusmão. E com “não é necessário” queria dizer que as greves consideradas ilegais pela lei atual — ou o “grevismo generalizado”, como ele chamou — devem ser tratadas com polícia e não com negociações.

Pazzianotto respondeu, no mesmo dia, curto e grosso: “As negociações coletivas são de competência do Ministério do Trabalho”.

Porém, independente da questão das competências, o fato é que foram se avolumando as pressões patronais, sobre a ala mais conservadora da equipe de governo, no sentido de apelar para a linha dura diante das greves. E chegou a se especular com a queda de Pazzianotto. No fim de semana, assessores do ministro do Trabalho chegavam a traçar um paralelo com o caso de João Goulart, que também ocupou aquela pasta, no governo Vargas, e teve de deixá-la sob forte pressão patronal, pouco antes do trágico fim do próprio presidente Getúlio.

UM “DIREITO UNIVERSAL”
O episódio levou a uma reunião de vários ministros, por determinação do presidente José Sarney, que emitiu uma nota considerada um golpe



Pazzianotto: uma cabeça que o patronado gostaria de ver rolar...

nas pressões pró-linha dura.

A nota conclui que a onda grevista “se encaminha dentro de padrões de normalidade”. Mas ainda, afirma que “o governo continuará assegurando aos trabalhadores o direito universal de greve reivindicatória” — e o termo **universal** aí tem seu peso, pois um dos cavalos de batalha dos patrões é o fato de estarem estourando greves em setores onde elas são proibidas pela lei atual. Por fim, os ministros admitem a necessidade de uma nova lei “sobre negociações coletivas e direito de greve”, para substituir a atual, imposta em plena fase de ditadura militar.

É verdade que a mesma nota faz concessões à grita dos patrões, ao “não permitir que os grevistas excedam os estritos limites da lei”. Mas salta aos olhos que, num país em plena maré alta democratizante, que convive com uma lei de

greve ditatorial, quem tem de mudar é a lei e não o país.

O próprio presidente Sarney tem consciência disso e recomendou urgência na reformulação da legislação atual, conforme informou após a reunião o ministro Fernando Lyra, da Justiça. Lyra afirmou que as greves não são preocupantes, “o que preocupa mesmo é a defasagem da legislação atual com a realidade”.

Assim, o governo admite tacitamente que, no caso, a fórmula “cumpra-se a lei”, da ala conservadora, seria desastrosa tanto para os trabalhadores como para a transição democrática e o próprio governo. O lema é outro: “Mude-se a lei”. E o movimento operário e sindical precisa rapidamente pôr-se em ação para impulsionar ao máximo essa mudança.



Os bancários do Sulbrasileiro e Habitasul vibram em Brasília com a garantia de estabilidade no emprego

Bancários do Sulbrasileiro alertas por estabilidade

A estatização dos grupos Sulbrasileiros e Habitasul e criação do Banco Meridional do Brasil S.A. — está sofrendo um bombardeio de forças conservadoras. Pretende-se eliminar os dispositivos que asseguram a estabilidade no emprego de um ano para os funcionários das duas instituições e a inclusão das sociedades de crédito imobiliário e a empresa de *leasing* do Sulbrasileiro no processo de estatização.

O pretexto para impedir a estabilidade dos bancários é a hipótese de que a medida abra um precedente que possa ser estendido a todos os trabalhadores, uma vez que o princípio legal da isonomia garante “a igualdade de todos perante a lei”. Os funcionários, entretanto, continuam atentos e mobilizados contra esta pretensão dos conservadores.

DEFEITOS
O projeto aprovado contém vários defeitos, entre eles a garantia de reembolso dos que aplicaram recursos de forma

especulativa no Sulbrasileiro — através do “open” e “over”. Mas, mesmo não sendo a melhor das soluções, constitui uma alternativa preferível à saída inicialmente pretendida, expressa no projeto enviado pelo Ministério da Fazenda. Contém cláusulas progressistas, em particular a que garante o emprego e a estabilidade a todos os funcionários no período de um ano.

Por isso sua aprovação foi recebida pelos funcionários do Sulbrasileiro e Habitasul com um grande carnaval em frente à agência-matriz do Sulbrasileiro, em Porto Alegre. A euforia tomou conta dos bancários que há mais de três meses lutaram para garantir a estabilidade no emprego. Desde a intervenção decretada pelo Banco Central nos dois estabelecimentos, os funcionários iniciaram a mobilização em torno deste direito, ao mesmo tempo em que exigiram a punição dos responsáveis pela falência dos dois bancos.

MOBILIZAÇÃO
Com este fim, foram organizadas vigílias diante da matriz do Sulbrasileiro. Montou-se um acampamento em Brasília e, no final de março, realizou-se ato público em Porto Alegre que reuniu mais de 10 mil bancários das duas instituições, provenientes de vários Estados do país.

Os investigadores no Sulbrasileiro, ameaçados de perder grandes somas que investiram na carteira de “open”, trataram também de se organizar na “Associação dos Aplicadores no Sulbrasileiro”; hipocritamente, juntaram-se aos funcionários, garantindo defender a estabilidade no emprego etc. Nada disseram, no entanto, dos ganhos obtidos com a especulação. Matreiramente, pusseram-se a confundir, difundindo a esfarrapada ideologia do “gauchismo”. O Sulbrasileiro estava pagando, no “open”, altas taxas a esses senhores, acima das vigentes no mercado. **(da sucursal).**

Governo federal inicia combate às mordomias

Concretizando mais uma promessa feita em praça pública durante a campanha da Aliança Democrática, o presidente José Sarney assinou dia 10 um decreto que põe fim às mordomias na administração federal, a começar pelos ministérios. Termina, em consequência, uma das grandes aberrações herdadas do regime militar.

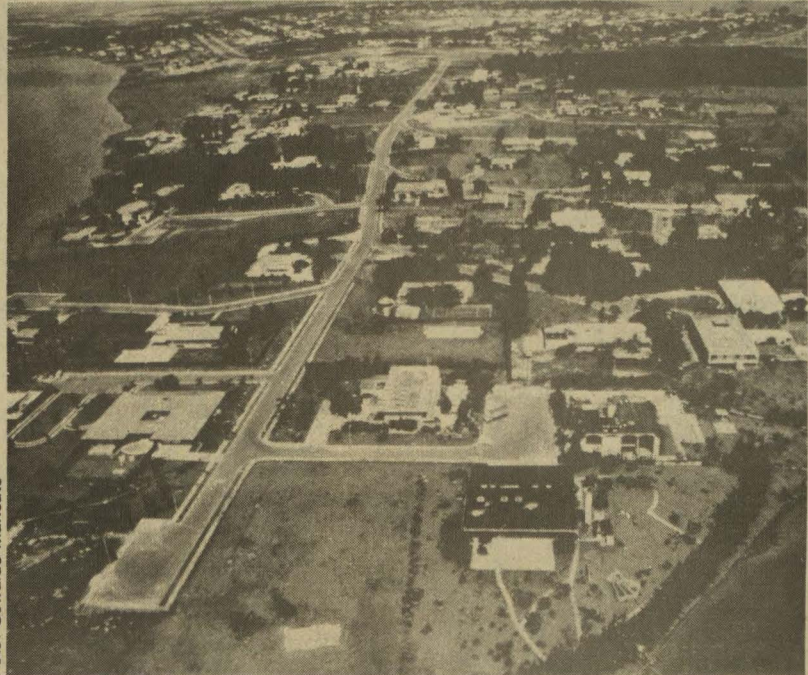
Agora, ministros e outros ocupantes de imóveis funcionais terão de pagar pelas despesas de manutenção, como gás, água, energia, prestação de serviços, segurança, jardinagem e alimentação, anteriormente consumidos às custas dos recursos públicos.

Durante o período em que os generais governavam, a corrupção por via das chamadas “mordomias” corria solta. Havia virado rotina a prática de extravagâncias revoltantes e repugnantes.

Para exemplificar os abusos realizados à sombra do poder militar por este meio, é suficiente lembrar o escândalo pro-

movido pelo ministro do Trabalho do governo Geisel, Arnaldo Prieto, denunciado pelo ex-senador Paulo Brossard. Prieto “consumiu” num único mês nada menos que 954 quilos de carne, 285 dúzias de bananas, 300 quilos de açúcar, além de 1.296 refrigerantes, entre outras coisas. É um caso exemplar, mas evidentemente apenas um.

De fato, os abusos foram muitos e motivaram justa indignação popular. Com dinheiro público, gastavam ministros e altos funcionários, parentes, amigos, apadrinhados e similares. Os governos anteriores garantiam, gratuitamente, comi-



Acabaram as extravagâncias nas mansões da Península dos Ministros

Dornelles não muda a rota das negociações com o FMI

O Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, acompanhado pelo presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lengruber, esteve nos EEUU onde iniciou oficialmente a renegociação da dívida externa brasileira. Os encontros foram diversos e ficou acertado que uma missão do FMI virá em breve ao Brasil para prosseguir as negociações.

Em toda esta agenda de encontros e negociações, nada de novo no que se refere aos interesses do povo brasileiro e ao tratamento soberano das relações do Brasil com outros países e com o sistema financeiro internacional. É que a estratégia do Ministro da Fazenda consiste em manter o programa de ajustamento imposto pelo FMI com a ressalva que desta vez “as metas serão realistas”.

Num descompasso com o que se espera da Nova República, as negociações pautaram-se pelo que Dornelles havia anunciado no seu discurso no Congresso Nacional: “o acordo com o FMI foi um expediente que preservou o vínculo do país com a comunidade internacional permitindo assim manter o funcionamento da economia brasileira”. Vale acrescentar que este “funcionamento da economia” significa a submissão do país aos banqueiros internacionais, o ajustamento da economia nacional aos interesses imperialistas.

Nos encontros realizados ficou patente que Dornelles considera, “ingenuamente”, que

os problemas enfrentados pelo país advêm do descontrole das finanças públicas e da “fixação de metas irrealistas”. Mesmo neste aspecto, “esqueceu” que é a tentativa de arrumar a casa pelo receituário do FMI que agrava as finanças públicas. Não considerou que o esforço brasileiro para gerar dólares (os superávits comerciais) que são enviados aos credores é o principal componente do déficit público e da inflação.

Não houve, portanto, um tratamento soberano da dívida externa. A contraposição ao FMI surgiu somente na questão da “monitoração” da economia nacional por parte do FMI. O FMI insiste em fazer vistorias periódicas no Brasil e

da, empregos e outras regalias. Consumaram-se verdadeiras orgias. Foram gastas verdadeiras fortunas.

“Ministros, funcionários graduados ou não, ninguém mais vai ter nenhuma despesa paga pelo governo, acabou-se o tempo das mordomias”, garantiu o porta-voz do Palácio, Fernando César Mesquita.

Paralelamente, o governo elevou os vencimentos dos ministros, que, a partir de 1º de junho, quando entra em vigor o decreto assinado pelo presidente Sarney, deverão receber em torno de Cr\$ 12 a Cr\$ 13 milhões. Uma medida justificável quando se considera as necessidades impostas pelos cargos dessas autoridades.

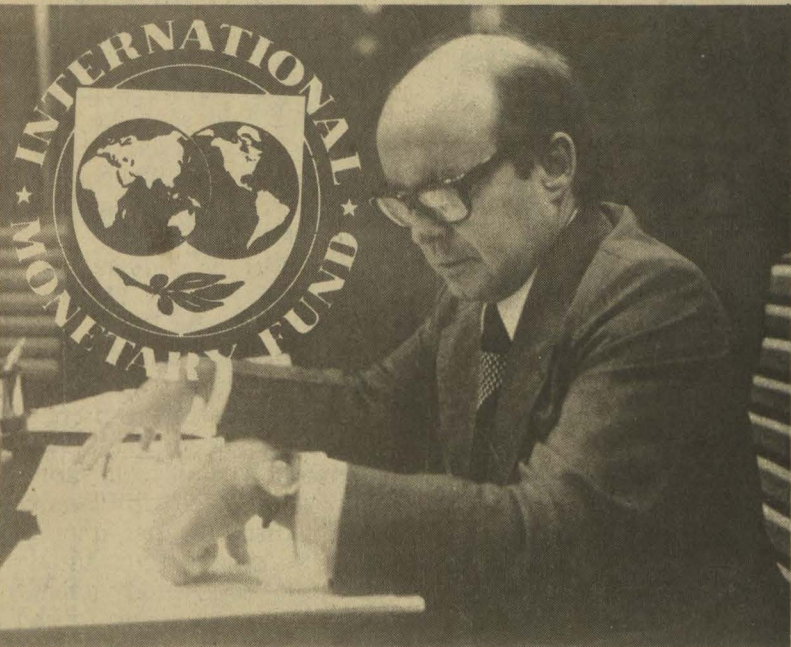
PRIMEIRO PASSO
A iniciativa constitui o primeiro passo no sentido da moralização dos gastos públicos nesta esfera. Sobrevivem, contudo, abusos no segundo escalão e entre os militares que ocupam cargos nas administrações direta e indireta, que exigem providências semelhantes.

Estão previstas novas medidas destinadas a erradicar as mordomias também nessas e outras áreas. E, em alguns casos de ocupação das mansões dos ministros do Lago Sul de Brasília verificaram-se reduções de despesas que, em fevereiro, no governo Figueiredo foram de Cr\$ 20 milhões e passaram para Cr\$ 2 ou 3 milhões em abril, devido a eliminação dos abusos. Contudo, para que as mudanças, mesmo nesta esfera, sejam aprofundadas, é indispensável a pressão permanente do movimento popular, única capaz de barrar as pressões em sentido contrário — das forças reacionárias e, em especial, dos militares.

a delegação brasileira argumentou que isto fere a soberania nacional, concordando apenas com as auditorias estabelecidas nas normas do Fundo Monetário Internacional.

De resto, a delegação brasileira limitou-se às tentativas de obter maior espaço de tempo quanto às dívidas de curto prazo sem mechar na lógica da transferência de recursos do país para o exterior. Cabe às forças progressistas do Brasil exigir uma postura firme e patriótica da Nova República e lutar com mais força pela suspensão do pagamento da dívida externa. Isto sim é compatível com o funcionamento da economia brasileira.

(Agenor da Silva)



O ministro da Fazenda não opta pelo tratamento soberano da dívida

Por que a Tribuna precisa crescer

A Campanha “Nova República” para aumentar as vendas e assinaturas da **Tribuna Operária** acontece numa fase singular da imprensa brasileira.

Já não há a velha censura ditatorial, nem clima para aplicar a Lei de Segurança. Comenta-se que a própria Lei de Imprensa, também autoritária, pode ser revogada ainda este ano. Vivida desses meios mais brutais, a reação aceita suas armas mais sofisticadas na área da imprensa. O noti-

ciário se enche de alfinetadas, maledicências, truques editoriais, buscando torpedear o avanço das causas populares.

Desde a onda de greves até a morte de Enver Hoxha, passando pela legalização dos partidos ou as candidaturas a prefeito nas eleições deste ano, o que aparece nos jornais, rádio e TV via de regra vem carregado de veneno truncado, não mais pela censura, mas pela vontade deliberada dos setores da grande imprensa.

Com sua campanha de ex-

pansão, a **Tribuna** se propõe exatamente a fazer frente a este monstruoso coro de hipocrisias. É, de fato, uma tarefa descomunal, mas que se impõe com força maior, bem maior que nos tempos do regime militar. Nem a classe operária, nem o povo brasileiro romperão caminho na história sem contar com uma imprensa própria, independente e com ampla penetração nas massas. É essa necessidade premente que impulsiona a campanha para a diante, e a levará à vitória.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A batalha da legalidade

Entra em uma nova fase a luta de vida ou morte entre marxistas-leninistas e revisionistas. Estes últimos, amparando-se na legislação arbitrária ainda vigente, herdada do regime militar, tentam inclusive estabelecer o monopólio da cor vermelha e do emblema da foice e do martelo para o seu agrupamento, o chamado Partido Comunista Brasileiro.

DUAS POLÍTICAS

Será que uma lei, criada pelos generais, vai impor aos operários como deve ser o seu partido e quais as suas cores?

Será que o fato de os revisionistas — uma vez que se amoldam sem nenhum escrúpulo a todas as exigências da velha lei da ditadura — se legalizarem primeiro lhes dá alguma autoridade política em relação aos trabalhadores? E que os estatutos forjados pelo molde da antiga lei orgânica dos partidos — os do PCB praticamente não diferem dos estatutos do PMDB, do PTB, do PDT e demais legendas já legais desde a reformulação partidária incrementada no governo Geisel — permitem a organização de um partido de caráter operário?

Todas estas questões estarão colocadas diante dos operários neste período agitado em que nos encontramos. Mais do que isto, o debate terá de envolver com grande destaque a política revolucionária e a política de conciliação de classes, tanto atual como passada, respectivamente do Partido Comunista do Brasil — autêntica vanguarda do proletariado — e do agrupamento revisionista criado por Prestes em 1961 e atualmente encabeçado por Giocondo Dias.

TRADIÇÃO PROLETÁRIA

O PC do B tem uma rica história. Em 63 anos de existência passou mais de 60 sem direito à legalidade. Além de difamações de todo tipo — promovidas pela burguesia e por seus serviçais revisionistas —, enfrentou brutal repressão fascista. Apesar das condições adversas, jamais se afastou da classe operária, jamais virou as costas ao povo. Sua trajetória é marcada pelo heroísmo, pela defesa intransigente da democracia, pelo rigor em torno dos princípios marxistas-leninistas pela pregação socialista, pelo cuidado especial com a unidade das forças populares e progressistas.

O Partido não é exclusivista. Entende que todos têm o direito de se organizar e defender suas idéias — não será pelo arbítrio, pela discriminação antidemocrática, que esta ou aquela corrente de pensamento se afirmará. Mas, por outro lado, a classe operária não pode abdicar de sua tradição, não pode abrir mão das bandeiras pelas quais inúmeros combatentes revolucionários deram suas vidas nestas seis décadas desde a fundação do PC do B em 25 de março de 1922. A burguesia tentou inutilmente sufocar esta história. E os revisionistas vão na mesma trilha.

BATALHA DE CLASSES

A atual batalha pela legalidade do PC do B é um episódio exemplar da luta de classes. A pressa dos revisionistas, aproveitando as facilidades que as classes dominantes lhes permitem, e os obstáculos ainda colocados para os verdadeiros comunistas, podem lhes render dividendos temporários na grande imprensa. Mas não podem mudar o seu caráter de renegados e não podem desviar a classe operária de sua luta para pôr fim à exploração capitalista e pela construção do socialismo. Nem podem quebrar a vitalidade da organização revolucionária da classe operária.

A conquista da legalidade tem enorme importância. Para isto é necessária muita flexibilidade, mas é igualmente essencial firmeza para não abandonar os princípios em busca de sucessos efêmeros. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Chega de tutores

“A bênção, papai” — é assim que os generais desejam ser tratados. Prova disto é o recado plantado na imprensa por um membro do alto escalão dos serviços de informação no último domingo. Segundo este porta-voz anônimo, os militares analisaram o programa do PCB — revisionista — e concluíram que podem conviver com este agrupamento porque ele adotou a “linha reformista do Partido Comunista Italiano”.

É certo que o PCB enveredou pelo reformismo. É certo também que a burguesia prefere conviver com estes reformistas. É explicável que os generais, seguindo esta orientação, façam sinal verde para este grupo, insinuando ao mesmo tempo que os autênticos comunistas são intoleráveis.

O povo brasileiro é que não aceita mais conviver com a intromissão dos generais na política, com a sua pretensão arrogante de ditar quem pode e quem não pode ter vida legal. A Nova República não deve tolerar discriminação de qualquer espécie. Os generais, se quiserem opinar, que o façam como cidadãos comuns, acatando os poderes constituídos e não como tutores da nação. Os partidos políticos não precisam pedir licença aos quartéis para exercer um direito que a emenda constitucional recém-aprovada no Congresso lhes assegura. Basta de ditadura.

Trimestralidade: uma luta para barrar a superexploração

Os trabalhadores brasileiros colocaram na ordem do dia a exigência de reajustes trimestrais dos salários. É uma reivindicação que consta na pauta de todas as categorias e, embora ainda não tenha sido transformada em lei, já é uma realidade para muitos. No Estado de São Paulo, os metalúrgicos conquistaram este direito; também os químicos, os gráficos, trabalhadores do papel e outros contam com reajustes trimestrais.

O grau de exploração do capital sobre os assalariados tem crescido de forma insuportável em função da inflação crônica que, segundo as previsões mais otimistas, este ano deverá situar-se em torno de 200%. Este fenômeno tem sido utilizado pelos capitalistas como instrumento para elevar a níveis sem precedente as taxas de mais-valia e de lucro e, conseqüentemente, a opressão de que é vítima o proletariado.

A alta dos preços atua como uma bomba de sucção sobre os salários. Diminui diariamente o seu valor real, expresso na quantidade de mercadorias que ele pode adquirir. Aumenta desmesuradamente os ganhos do capital. Isso porque, embora haja o reajuste, em tese integral, depois de um determinado período (no caso do Brasil, de seis em seis meses), o que se perdeu no decorrer do caminho jamais é reposto. De fato, segundo o economista do Dieese, Sérgio Mendonça, não constam dos acordos até agora feitos entre patrões e empregados cláusulas prevendo a reposição de perdas decorrentes da oscilação dos preços.

Inflação, forma espúria e cruel de exploração

Esta forma espúria e cruel de exploração é usada pelo capital em todos os países capitalistas, sem distinção. Historicamente, foi agravada com a internacionalização do sistema, o advento dos grandes monopólios e do imperialismo. Seu principal resultado é uma rebaixa geral (e permanente) dos salários, maior ou menor segundo o índice do custo de vida e a periodicidade em que é reajustada a remuneração do trabalhador.

Um operário com salário de Cr\$ 500 mil, sofrendo as conseqüências de uma alta de 10% no custo de vida no decorrer de um determinado mês, precisará, então, de Cr\$ 550 mil para consumir a mesma quantidade de bens do mês anterior. Perde, portanto, no período, 9,1% do poder de compra.

Caso este mesmo trabalhador suporte uma perda salarial mensal dentro do percentual mais otimista de 8%, ao cabo de três meses terá perdido Cr\$ 253.056 o equivalente a 27,7% do montante global de salários que recebeu no período (veja o quadro). Em seis meses, perderá Cr\$ 961.365, ou seja, 32% do total de suas remunerações — sendo que, no sexto mês, ganhará apenas o correspondente a 58,68% do valor vigente no início do primeiro mês.

O que se nota, então, é uma brutal rebaixa do valor realmente pago pela força do trabalho. Não é demais lembrar que o produto do trabalho no sistema capitalista se divide em duas partes: uma que equivale ao salário do trabalhador, o trabalho necessário; outra que é embolsada pelo capital na forma de mais-valia, ou trabalho excedente. Deixando de lado outros fatores, como impostos, despesas sociais etc, da relação entre o trabalho excedente (não pago) e o necessário (salário) é que se deduz a taxa de exploração ou de mais-valia. Como resultado da desvalorização contínua do salário, elevam-se a quantidade e a proporção do trabalho excedente, a mais-valia apropriada pelo capital — há, com isto, o crescimento das taxas de mais-valia e, conseqüentemente, de lucro.

Aumentos sem precedentes da mais-valia

No exemplo citado, nos seis meses, não obstante o salário nominal recebido seja de Cr\$ 3 milhões, o valor real é de apenas Cr\$ 2.038.635 (3.000.000 menos 961.365). Se a taxa de mais-valia (razão entre o trabalho excedente e o trabalho necessário) fosse de 100%, o patrão teria um lucro de Cr\$ 3 milhões. A este lucro seria acrescentada a perda salarial do período, de Cr\$ 961.365. No total, o ganho do capitalista seria de Cr\$ 3.961.365. A taxa real de mais-valia pula, portanto, para 194,3%!

O salário médio real mensal do operário no período é de Cr\$ 339.772 (2.038.635 divididos por 6) e não de



Os motoristas de São Paulo, como todas as categorias: em pauta a exigência do reajuste trimestral

Cr\$ 500 mil. Com os reajustes trimestrais, o proletariado reduzirá as conseqüências do arrocho imposto através da inflação. Ainda no mesmo exemplo, em três meses a perda salarial será de Cr\$ 253.056; o salário real mensal médio, de Cr\$ 415.648 e a taxa de mais-valia seria de 142,29% — abaixo dos 194,31% por semestre.

Para o efeito do cálculo da taxa de mais-valia foram abstraídas possíveis alterações na produtividade, jornada de trabalho e outros fatores que possam modificar a relação entre o trabalho pago e não pago. Supõe-se, também, que as mercadorias são vendidas pelos capitalistas pelo seu real valor. Embora promova a rebaixa dos salários, a flutuação dos preços não altera o valor do trabalho incorporado nos produtos; não mexe com o valor real das mercadorias. O produto que deixa de ser pago ao trabalhador não se evapora, nem é engolido por nenhum monstro extraterrestre; apenas muda de mãos: é expropriado pelo capital.

Localiza-se neste fenômeno a essência da luta que orienta tanto as reivindicações pela diminuição da distância entre os reajustes, como os interesses contraditórios em jogo na permanência e no combate à inflação. O principal componente da inflação é precisamente a capacidade de elevar o grau de exploração dos trabalhadores. Ou seja, na base de tudo, a luta de classes, que no capitalismo gira em torno da lei da mais-valia.

Burguesia mascara a apropriação dos lucros

Todavia, se é esta a essência do fenômeno, ela não é evidente por si só. É coberta pela nuvem de fumaça dos mecanismos usados para a apropriação da mais-valia produzida: esta não é apropriada apenas diretamente pelo capitalista, não aparece somente como o lucro obtido na produção, mas por meios os mais variados e complexos, como a elevação das taxas de juros, política de preços, tributação, subsídios, incentivos etc.

Exemplos das formas sutis em que se reveste a apropriação deste sobreproduto podem ser observados no dia-a-dia do sistema financeiro. Não se faz segredo dos juros exorbitantes e dos ganhos astronômicos que se obtêm nos bancos.

Também contribui para obscurecer a visão da realidade o fato de que os lucros resultantes do aumento da exploração por meio da inflação não se distribuem de forma equânime por todos os ramos da economia. Nem todo capitalista sai beneficiado. Instaura-se, então, uma luta encarniçada no seio da própria burguesia para decidir quem abocanha o maior pedaço do bolo. Não é muito difícil concluir que, para alguns problemas isolados e no geral inexpressivos, quem ganha a parada são os setores mais poderosos (as multinacionais, os monopólios em geral, inclusive empresas estatais, os banqueiros etc). Perdem os pequenos e médios empresários, sem recursos para especular, prisioneiros da espoliação dos banqueiros, da tributação injusta etc.

Com isto, a inflação acelera a centralização e concentração do capital por parte dos grandes grupos e, neste rastro, a monopolização e desnacionalização da economia. Além de radicalizar a luta entre capital e trabalho, semeia a discórdia nas fileiras da burguesia. Por isto, interessa ao Estado limitar o seu ritmo: para diminuir a anarquia e evitar o caos do sistema. Na situação atual do Brasil o problema é que já foram jogados na arena interesses muito poderosos.

As medidas econômicas que se têm adotado e se pretendem adotar para conter os preços não são, como se quer fazer crer, indiferentes aos interesses em luta; também possuem caráter de classe, ainda que encoberto com frases jocosas e enganosas. A burguesia, jogando com aparências, procura vender a ilusão de que a inflação atinge indistintamente a todas as classes e setores da sociedade. Pede o sacrifício “geral”, em especial dos trabalhadores, para que o “mal” seja sanado.

Mudança exige unidade e luta do proletariado

É em nome desta visão que os setores conservadores estão se posicionando frontalmente contra a concessão de reajustes trimestrais. Asseguram que, se esta reivindicação dos trabalhadores for atendida, os preços dispararão. O problema, contudo, não é exatamente este. Basta que o grau de exploração seja diminuído, que as somas astronômicas até agora abocanhadas pelos setores mais usados em parte no pagamento dos reajustes trimes-

trais e até de aumentos dos salários.

Por que não se podem aplicar para este fim as grandes fortunas jogadas na especulação?

Ocorre, na realidade, uma luta de classes, expressa, de um lado, no interesse do capital em manter e ampliar a elevada taxa de mais-valia obtida também através da inflação. Tudo que os trabalhadores querem por meio da trimestralidade é impedir a superexploração. E não concordam com o repasse deste reajuste aos preços (há que se dizer que a posição dos líderes da CUT e do PT, Jair Meneguelli e Lula, neste particular, revela um espírito corporativista e antioperário, de capitulação diante das pressões das multinacionais, ao aceitar discutir o repasse exigido pela FIESP para atender às reivindicações dos grevistas do ABC).

A resistência à trimestralidade é fruto direto das pressões do capital estrangeiro. Todos sabem que os compromissos assumidos com o imperialismo pelo governo anterior constituem a principal causa da espoliação sem medidas do povo brasileiro. Através do FMI, o sistema financeiro internacional está a exigir a manutenção e elevação do grau de exploração dos trabalhadores ainda que às custas de uma inflação galopante.

O caráter inflacionário da política imposta através do FMI não transparece só no Brasil. Manifesta-se também na Argentina, na Bolívia (onde os operários chegaram a fazer uma greve geral de 16 dias pelo reajuste automático) e em todos os países submetidos à sua receita.

Os trabalhadores brasileiros, contudo, nunca ficaram passivos diante da superexploração imposta através da inflação. Já em 1979 um poderoso movimento de massas conduziu à modificação na sistemática do reajuste, de anual para semestral. Mesmo o insensível e impopular governo Figueiredo recuou, assustado com o “tropol das massas”.

Hoje, com o elevadíssimo nível da inflação, herdado do regime militar, as perdas salariais em três meses equivalem à queda do poder aquisitivo no período de um ano no final da década de 1970. Os interesses em jogo são poderosos. O grande capital conta com consideráveis meios de pressão. Para mudar esta realidade (conquistar a trimestralidade e outras legítimas reivindicações), o proletariado terá de lutar com decisão e unidade e fazer frente com todos os setores patrióticos e progressistas sinceramente comprometidos com os anseios de mudança — em particular, com a luta de liquidar o modelo econômico dependente estabelecido pelos generais. (Umberto Martins)

Quadro 2
Crescimento trimestral do custo de vida e perdas salariais no período compreendido entre novembro de 1984 a março de 1985.

Trimestre encerrado em:	Crescimento do custo de vida	Perda do poder aquisitivo se o reajuste fosse trimestral
Nov-84	37,5	22,2
Dez-84	32,2	24,3
Jan-85	34,5	25,6
Fev-85	36,0	26,6
Mar-85	41,2	29,1

No quadro 1, as perdas continuadas do trabalhador (a valores fixos vigentes no início do primeiro mês). No quadro 2, as perdas se o reajuste fosse trimestral, segundo o Dieese-SP. Vale dizer que as perdas anuais no período 1974-78 foram as seguintes: 74 -26%; 75 -22,2%; 76 -30,7%; 77 -28,2%; e 78 -41,5%. Como se vê, próximos das atuais perdas trimestrais.

Quadro 1

MÊS	SALÁRIO NOMINAL	(EM CR\$ MIL) REAL	PERDA EM %	MENSAL EM CR\$ MIL
1º	500	460	8%	40
2º	500	416,8	16,64%	83,2
3º	500	370,144	25,64%	129,856
ACUMULADO NO TRIMESTRE	1.500	1.231,944	16,87	253,056
4º	500	319,755	36,07%	180,245
5º	500	265,337	46,9%	234,664
6º	500	206,6	58,68%	293,4
ACUMULADO NO SEMESTRE	3.000.000	2.038.635	32%	961.365

OBS: O salário médio mensal real durante o trimestre (salário real acumulado dividido por três) é de Cr\$ 1.231.944 ÷ 3) é de Cr\$ 415.648; no semestre (Cr\$ 2.038.635 ÷ 6), de Cr\$ 339.772.

Trabalhadores da cana preparam-se para a greve

Quinhentos mil cortadores de cana de São Paulo poderão ir à greve se os usineiros não aceitarem suas reivindicações. Depois de duas grandes greves, os canavieiros estão mais organizados, o que fez os patrões sentarem na mesa de negociações antes de começar a safra. É a primeira vez que os rurais fazem uma negociação conjunta para todo o Estado.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), representando os 500 mil cortadores de cana, está em negociação com os usineiros desde fevereiro. Os patrões se mostram intransigentes. Élio Neves, diretor da Fetaesp, após mesa-redonda com a Federação patronal e o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, dia 13, afirmava: "A possibilidade de greve é grande, porque está muito difícil chegar a um acordo".

ACORDO DIFÍCIL

Das 29 reivindicações apresentadas na pauta unificada da Fetaesp, os usineiros deram respostas consideradas aceitáveis a apenas 13. Assim mesmo, essas cláusulas já haviam sido negociadas nos acordos firmados após a greve de Guariba, no ano passado. Nenhuma das cláusulas fundamentais foram aceitas, tais como: pagamento da cana em metros e não em toneladas; reajuste automático trimestral de acordo com o INPC; contrato de trabalho por 12 meses, a fim de reduzir o desemprego na entressafra; estabilidade para as comissões de negociações etc.



Canavieiros, mais organizados, podem parar o trabalho nesta safra que se inicia

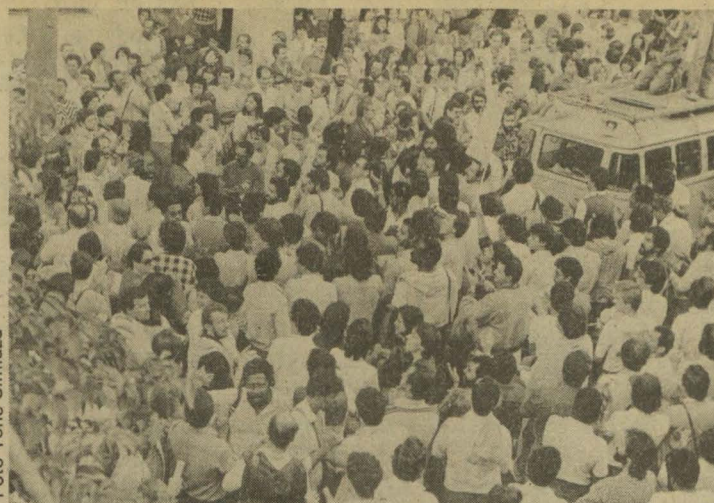
Na questão salarial, o acordo ainda está mais difícil. A Fetaesp propunha inicialmente uma diária de Cr\$ 50 mil, reduzida depois para Cr\$ 37.500. Mas os empresários mantiveram-se irredutíveis na sua proposta de Cr\$ 16.825. Dia 17, os sindicatos e trabalhadores rurais se reúnem em Araraquara para decidir se os canavieiros paralisarão o trabalho. Para Élio Neves, "os trabalhadores entram em greve a hora que os sindicatos quiserem".

Se no ano passado as explosões na área da cana e da laranja se deram de forma espontânea, agora está havendo todo um trabalho preparatório. Os Sindicatos têm feito assembleias para acompanhar as negociações e discutir as propostas. Uma das preocupações dos trabalhadores é ganhar a solidariedade dos motoristas de caminhões que transportam cana e dos operários das usinas. Em algumas dessas reu-

niões os cortadores de cana já falavam em "parar hoje". Em outros locais, como Presidente Venceslau, os trabalhadores rurais aproveitam-se da mobilização da campanha salarial para organizar o seu sindicato.

MILÍCIAS ARMADAS

Segundo os sindicalistas, os usineiros vêm se preparando desde o ano passado para esta greve. Um diretor da Fetaesp, afirma que as usinas aumentaram mais de quatro vezes a segurança das empresas, através de milícias privadas armadas. Eles também contam com a "ajuda" da Polícia Militar, como ficou evidenciado na greve dos canavieiros da região de Ribeirão Preto, em janeiro último. O deputado estadual do PMDB, Valdyr Trigo, denunciou recentemente a ajuda financeira recebida pelo comandante da PM de Ribeirão Preto dos usineiros para reprimir os trabalhadores rurais em greve.



Concentração diante da empresa, segunda-feira: espírito de luta.

Metroviários ainda sem acordo

A campanha salarial dos metroviários ainda não teve um desfecho, mas a categoria está prestes a conquistar um acordo satisfatório, segundo o presidente do Sindicato dos Metroviários, Cláudio Spiciatti. A Companhia do Metropolitano de São Paulo, contudo, continua mantendo uma posição arrogante, o que pode conduzir a um impasse nas negociações em curso.

O resultado do julgamento do dissídio coletivo da categoria pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), na terça-feira passada, foi um passo positivo, constituindo uma vitória parcial para os trabalhadores. Contudo, ainda deixou a desejar.

O TRT concedeu um piso salarial de Cr\$ 850 mil, para todos os metroviários, com a exceção dos mensageiros; 100% de INPC independentemente da faixa salarial; 4% de produtividade; abono não sujeito a desconto (mas que também não será incorporado ao salário), de 25% para quem ganha até sete salários mínimos e 20% para os que tem remuneração acima desse limite; quinquênio de 5% sobre o salário, com caráter retroativo e gratificação de férias, no valor de Cr\$ 850 mil mais 20% da diferença entre esta quantia e o salário, no caso dos que ganham acima do piso.

Além disso, o Tribunal

reconheceu o direito de descansos de 10 minutos em cada 90 trabalhados para os digitadores de mesa de trânsito da "sala negra" do Centro de Controle Operacional (CCO) e outras vantagens de menor vulto. Entretanto, ao mesmo tempo julgou ilegal a greve da categoria no dia 3, o que permite o desconto do dia parado.

Se no geral as decisões dos juízes trabalhistas foram positivas, segundo o presidente do Sindicato dos Metroviários, Cláudio Spiciatti, elas deixaram de contemplar algumas reivindicações fundamentais constantes na pauta da atual campanha salarial. Entre elas a redução da jornada de trabalho e a trimestralidade. A Companhia do Metropolitano de São Paulo, prometeu estudar a redução da jornada, mas ostenta, no momento, arrogância e intransigência em relação às decisões da TRT. Ameaça interpor recurso ao Supremo Tribunal do Trabalho (STF).

Nesta campanha, e em particular com a paralisação do dia 3, que contou com a adesão de 97%, os metroviários deram mais um importante passo para a derrubada do DL-1632 (que proíbe a greve nos setores considerados "essenciais"). Reafirmaram também o tradicional espírito de unidade e combatividade: As assembleias houve um comparecimento médio de 1.800 trabalhadores (a categoria engloba 5.200).

Polícia Federal aciona lei de greve contra motoristas

O vereador Euler Ivo, do PMDB de Goiânia, enviou ofício ao Ministro Fernando Lyra, da Justiça, pedindo que ele impeça o indiciamento de 20 trabalhadores do transporte coletivo da Capital de Goiás na Lei de Greve, pela Polícia Federal. Segundo o vereador, o processo contra os grevistas, "baseado em leis fascistas, merece o repúdio de toda a sociedade. E preciso impedir mais essa agressão contra a liberdade e contra o povo".

A PF está movendo processo, entre outros, contra Sebastião da Paz, líder dos motoristas, visando impedir sua candidatura à presidência do Sindicato da categoria. Também o atual presidente da entidade, Benedito

Adorno, foi intimado a depor, dia 9, na Federal, sobre a greve. Os trabalhadores do transporte paralisaram suas atividades nos dias 4 e 5, reivindicando melhorias salariais e de condições de trabalho.

No dia 11, eles voltaram a realizar assembleia, para discutir as reivindicações que colocarão na campanha salarial, que vai de junho a agosto. O piso salarial foi considerado o principal item da pauta a ser entregue aos empresários do setor.

Como resultado da greve do início do mês, eles conquistaram a realização de auditorias trabalhistas nas empresas, a promessa de reajustes trimestrais de salários e a garantia de que nenhum grevista seria demitido. (da sucursal)

Costureiras paralisam o trabalho em Goiânia

As trabalhadoras nas indústrias de confecções de Goiânia entraram em greve no último dia 13, exigindo melhores condições de vida

e de trabalho. A decisão foi tomada no dia 8, em assembleia com mais de 500 trabalhadoras nas indústrias de confecção. Para impedir a participação das costureiras, passadeiras, auxiliares de costura e overleiquistas no movimento, os patrões

O presidente do Sindicato da categoria, Cícero Feliciano, está otimista em relação à luta. As reivindicações principais são: INPC de maio integral e mais 40% de reposição salarial; trimestralidade; jornada de 40 horas etc.

(da sucursal)

Posseiros de Catuaba ocupam sala do Incra

Os posseiros que estavam no Seringal Catuaba, no Acre, ocuparam, no dia 14, uma sala do Incra e declararam que só sairão dali quando as terras do Seringal forem desapropriadas. No dia 1º de maio, as mulheres dos posseiros haviam realizado uma manifestação no pátio da Assembleia Legislativa, de onde foram desalojadas pelo presidente da Casa, Alcinar Leitão.

O Seringal Catuaba estava sendo utilizado para pastagens, enquanto os trabalhadores que viviam na área foram deslocados para as margens do rio Acre, sem condições de ter um roçado sequer. Recentemente 15 lavradores voltaram ao Seringal, de onde haviam sido expulsos em meados da década de 70. Logo o número aumentou. Teve início a roça, o plantio do arroz e do milho.

Mas os latifundiários conseguiram uma liminar na Justiça para expulsar os trabalhadores. O Incra — que no Acre ainda não foi arejado pelos ventos da Nova República — perfilou-se ao lado dos patrões.

Foi criado um Comitê de Solidariedade aos seringueiros, que contam com a simpatia da população para sua justa causa. Os lavradores, novamente expulsos da terra, rumaram para Rio Branco, a capital, em busca de apoio à sua luta e visando pressionar o governo do Estado a intervir em seu favor no caso.

(da sucursal)

Padre preso porque acusou juiz na Bahia

A prisão do padre Enoque Oliveira, de Monte Santo, dia 10, demonstra a radicalização entre setores progressistas da Igreja na região, que foi palco da Guerra de Canudos, na Bahia, e as oligarquias latifundiárias. O juiz da Comarca de Queimadas, Antônio de Oliveira Martins, determinou a prisão do padre Enoque porque este o chamou de corrupto durante um protesto contra a desapropriação da Casa do Romeiro e do Cine-Teatro São José, da Igreja. Comenta-se, em Monte Santo, que o juiz teria recebido Cr\$ 10 milhões para dar alvará de posse desses imóveis à Prefeitura. O prefeito Ariston Andrade que, segundo comentários, em dois anos, de pobre, ficou rico, arrombou as portas dos prédios e os infestou de policiais.

Acusado pelo prefeito Ariston de incitar a manifestação do padre Enoque, o bispo da Diocese do Senhor do Bonfim, dom Jairo Matos, recebeu imediato apoio da CNBB. O padre Enoque passou algumas horas preso em Monte Santo, e depois foi levado, tarde da noite, juntamente com um bandido perigoso, para a Polícia Militar do Senhor do Bonfim. Aliás, a prisão do padre e a liberação do alvará que cede os dois prédios à Prefeitura foram as únicas ações do juiz Oliveira Martins em Monte Santo, pois sua Comarca é Queimadas. Martins, antes de ordenar a prisão, chegou a apontar um revólver para o padre, demonstrando total despreparo para o cargo. Até o dia 14 de maio, o padre continuava encarcerado, porque o juiz não aparece para assinar o alvará de soltura...

(da sucursal)

Diretores dos Centros Cívicos tomam posse

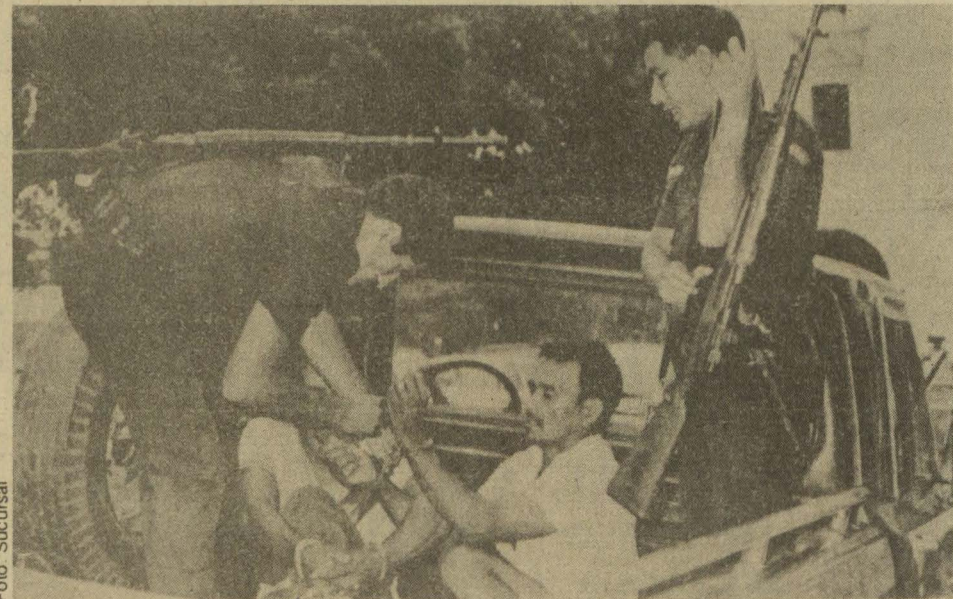
Tomaram posse, dia 13, as novas diretorias de 12 Centros Cívicos das escolas localizadas no Centro Educacional Antônio Gomes de Barros — CEPA — o maior complexo educacional de Alagoas. Os novos dirigentes dos Centros foram eleitos recentemente pelo voto direto. Desde a reconstrução da UESA (União dos Estudantes Secundários de Alagoas), já foram realizadas eleições para Centros Cívicos em cerca de 400 escolas da rede estadual de ensino.

Na solenidade de posse, no ginásio do CEPA, estiveram presentes o Secretário da Educação, Douglas Apratto, os vereadores Edberto Ticianeli e Jared Viana, representantes do PC do B e o presidente da UESA, Cláudio Santos, que realizou uma reunião destinada à frente da entidade.

(da sucursal)

Combatentes da Gleba Cidapar relatam a sua luta pela terra

Os posseiros da Gleba Cidapar — área no nordeste do Pará, onde 10 mil famílias lutam contra grileiros para não serem expulsos da terra — vivem momentos tensos. A qualquer momento pode começar a guerra com os pistoleiros. A empresa grileira contratou 400 homens para abrir picos pelas suas terras. Neuton Miranda, enviado especial da Tribuna Operária, percorreu a região conflagrada e conta o que viu.



Prisões arbitrárias de posseiros da Gleba Cidapar, em janeiro deste ano.

A nossa caminhada começou no povoado do Cachoeiro, localizado na margem da estrada Pará-Maranhão. Nesse povoado os posseiros mataram um dos pistoleiros mais famosos da região, conhecido por "Japonês". Passamos por locais onde ocorreram tiroteios e ainda se viam nos troncos das árvores as marcas das balas disparadas por Quintino (líder camponês morto pela PM em janeiro).

Ouvimos, em detalhes, a história de muitos combates. Um dos mais impressionantes foi o travado entre posseiros e os pistoleiros armados de metralhadoras em um helicóptero. Os trabalhadores foram surpreendidos no descampado quando voltavam de uma tocaia, para pegar o chefe dos pistoleiros. Travou-se um cerrado tiroteio. De um lado metralhadoras, do outro, cartucheiras. Os posseiros disparavam e corriam para impedir que o helicóptero tivesse boa posição de tiro. Por sorte, nenhum posseiro foi ferido.

ESTRADAS BLOQUEADAS
Chegamos até o povoado de Alegre, o mais atingido pela violência dos pistoleiros e da polícia. Mas, para isso, fomos obrigados a andar quase 30 quilômetros pela mata, atravessando igarapés e lamaçais, a pé ou montados em burros. Isso porque a estrada que existe foi bloqueada pela "firma" com guardas arma-

dos.

Em nossa viagem, passamos por muitos garimpos. Um deles, onde almoçamos arroz com bananas com os garimpeiros, tem mais de 600 homens e mulheres. O outro é encontrado em toda a região. Até nas ruas do Alegre aquele metal já faiscou. Talvez, mais que a terra, interesse aos grileiros o ouro. Os garimpeiros também sofrem a perseguição da "firma". Estão proibidos de passar pela estrada que ela controla, bem como qualquer instrumento de trabalho. Para chegar a seus locais de trabalho, são obrigados a dar uma grande volta, cortando a mata.

JOVENS LUTADORES

O povoado de Alegre é palco de muitas violências dos pistoleiros e da polícia, por causa da sua proximidade com a sede da "firma". Muitos dos seus moradores sofreram todo tipo de vexame nas mãos da polícia quando se caçava Quintino e Abel. Um deles, o Paraná, um jovem negro de 20 anos, teve as unhas arrancadas e foi obrigado a servir de guia, vestindo farda de soldado. Uma parte dos que participaram da resistência armada são tão jovens que mais parecem crianças. Um deles, diz que deu uma de "artista" para escapar quando estava detido sob suspeita. Disse que tinha apenas 12 anos, diminuindo um pouco a idade.

A noite todos se reúnem, pos-

seiros e garimpeiros do povoado, pra comentar a situação e ouvir o que tinhamos a dizer sobre as mudanças que estão ocorrendo no Brasil. O interesse é grande. Sabem que trabalhamos junto com o deputado Paulo Fonteles, que lhes tem dado um grande apoio e em quem depositam muita confiança. Na reunião, tomamos conhecimento de um boato que circulava entre eles, de que o líder da resistência, Abel, teria sido assassinado com uma paulada ao atravessar um rio.

Muitos são os casos contados envolvendo Abel, um dos primeiros a opor resistência aos grileiros. Em uma das muitas viagens feitas a Belém, Abel junto com outros posseiros, foi falar com o governador Alacide Nunes. Alacide ia saindo do palácio, sem recebê-los. Na porta, Abel segurou-o pelo braço e disse muito sério, com o jeito caboclo de falar. "Vossa maioria não sai sem ouvir nossa maioria. Nossa maioria pode mais que a vossa maioria". O governador sorriu e concedeu a audiência.

Os posseiros confiam que o novo governo atenda suas reivindicações. Mas também se preparam para as novas batalhas que se avizinham, caso o governo demore a tomar providências. Agora eles contam com um importante aliado, os garimpeiros. (Neuton Miranda, sucursal de Belém).

Patrões testam fôlego dos grevistas do ABC

No 30º dia de greve em São Bernardo do Campo, na sexta-feira passada, os empresários paulistas retomaram as negociações com o Sindicato dos Metalúrgicos. Mas não apresentaram nada de novo, alegando que só atenderão as reivindicações se o governo repassar os reajustes salariais para o preço dos produtos. Enquanto isso, prossegue a paralisação na Volks, Mercedes, Brastemp e Perkins, somando 53 mil operários parados.

O fato das negociações entre patrões e grevistas terem sido reiniciadas, após longo período de impasse, indica que o movimento paredista atinge seu ponto culminante. "Este é

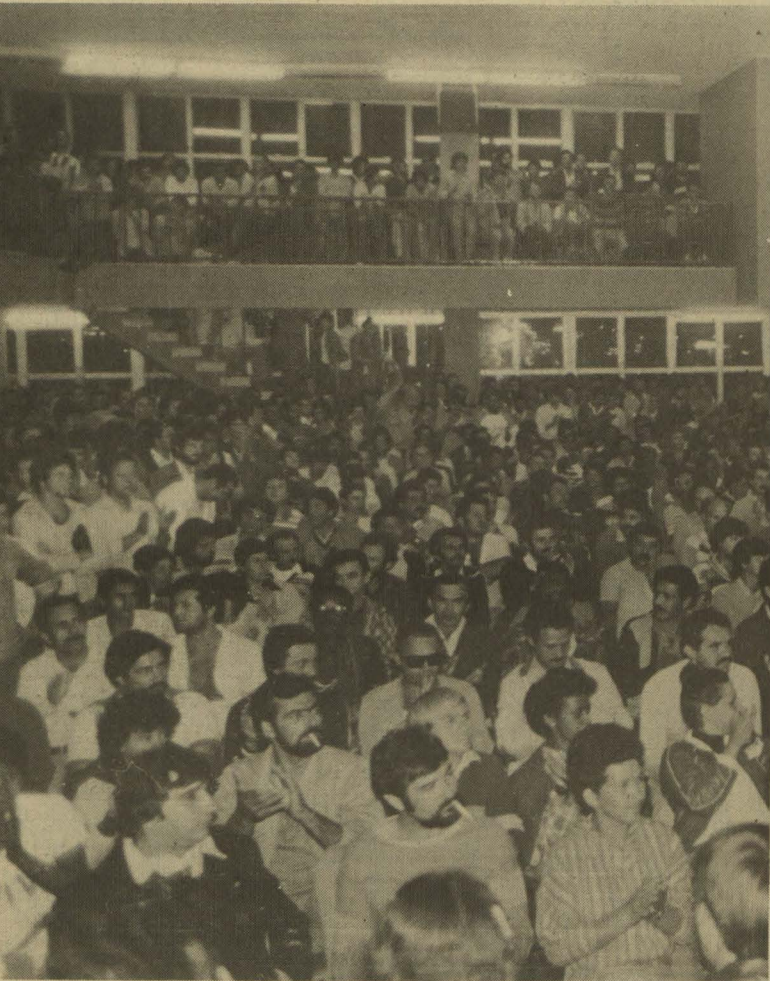
o teste final para ver quem tem mais força, mais fôlego para agüentar a greve", acredita Jair Meneghelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

O Sindicato garante que nas empresas montadoras de automóveis da região há grande disposição dos operários de prosseguir o movimento. Nas assembleias, feitas nas fábricas paradas, a decisão tem sido unânime: a greve continua. E para reforçar a pressão, a Ford, com 13 mil trabalhadores, amanheceu em greve no dia 16. Seguindo orientação da polêmica "operação vacabrava", os operários desta multinacional estavam trabalhando normalmente. "Agora nós voltamos com força total, reforçando a paralisação", explica um membro da Comissão de Fábrica.

Mas se os patrões por um lado reabrem as negociações, por outro mantem sua ação repressiva criminosa. Mais de 2250 pais de família já foram demitidos, numa caçada que atinge principalmente os ativistas sindicais. A Volks dispensou 209 operários na quarta-feira e continua a ameaçar os membros da comissão de fábrica. E a Mercedes suspendeu metade dos integrantes da comissão dos funcionários.

ELOGIO AO GOVERNO
Os empresários também prosseguem sua investida contra a política de combate à inflação da Nova República. Exigem que o governo repasse os reajustes salariais para o preço dos produtos ao consumidor. Colocam esta reivindicação como fundamental para atender as reivindicações dos grevistas, só que agora não contam mais com o apoio do Sindicato para esta postura anti-povo. A diretoria da entidade recuou desta posição capitulacionista, frente a reação contrária da própria base e da opinião pública. "Somos contra o repasse", faz questão de reafirmar Meneghelli.

Os patrões também insistem na exigência de que o governo haja com maior repressão contra o movimento grevista. Mas, até aqui, não obtiveram êxito, recebendo inclusive o elogio dos sindicalistas do PT. "Não dá para negar que o governo vem tendo uma atitude positiva com relação a nossa greve", reconhece Meneghelli, mandando, as favas as posições sectárias do seu partido. Para ele, "são visíveis as mudanças de postura. Se fosse no governo passado, o ministro Murillo Macedo já teria cassado a diretoria e o Sindicato sofrido intervenção". Meneghelli alerta, no entanto, "para a declaração destoante do ministro Roberto Gusmão, exigindo maior severidade contra a greve, o que não está de acordo com a postura democrática do governo e do ministro Pazzianotto".



Assembleia do dia 15: "Vamos provar que operários têm dignidade".



No dia 14, funcionários dos correios decidem em assembleia prosseguir o movimento grevista

Funcionários dos Correios defendem sua dignidade

Em assembleia realizada em frente ao Centro de Triagem Postal do Jaguaré nesta quarta-feira, 15, cerca de 3 mil dos 16 mil funcionários dos Correios de São Paulo decidiram por aclamação prosseguir sua greve iniciada no dia 9 de maio. Dessa forma, dão continuidade ao movimento iniciado no dia 7 de março, quando entraram em greve exigindo 150% de aumento salarial, reajuste trimestral, estabilidade de emprego e mudança no regulamento militar-fascista da empresa. A primeira paralisação terminou com uma das maiores conquistas salariais dos últimos anos: 122% de reajuste, cerca de 30% acima do INPC. No processo da luta surgiu também a Associação dos Funcionários dos Correios.

A Associação é quem lidera agora a categoria para reclamar o cumprimento do acordo por parte da empresa. Até a manhã de quarta-feira a categoria ainda não tinha visto a cor dos 30%. Como afirmou Marilena Almeida Santos, tesoureira da entidade e mem-

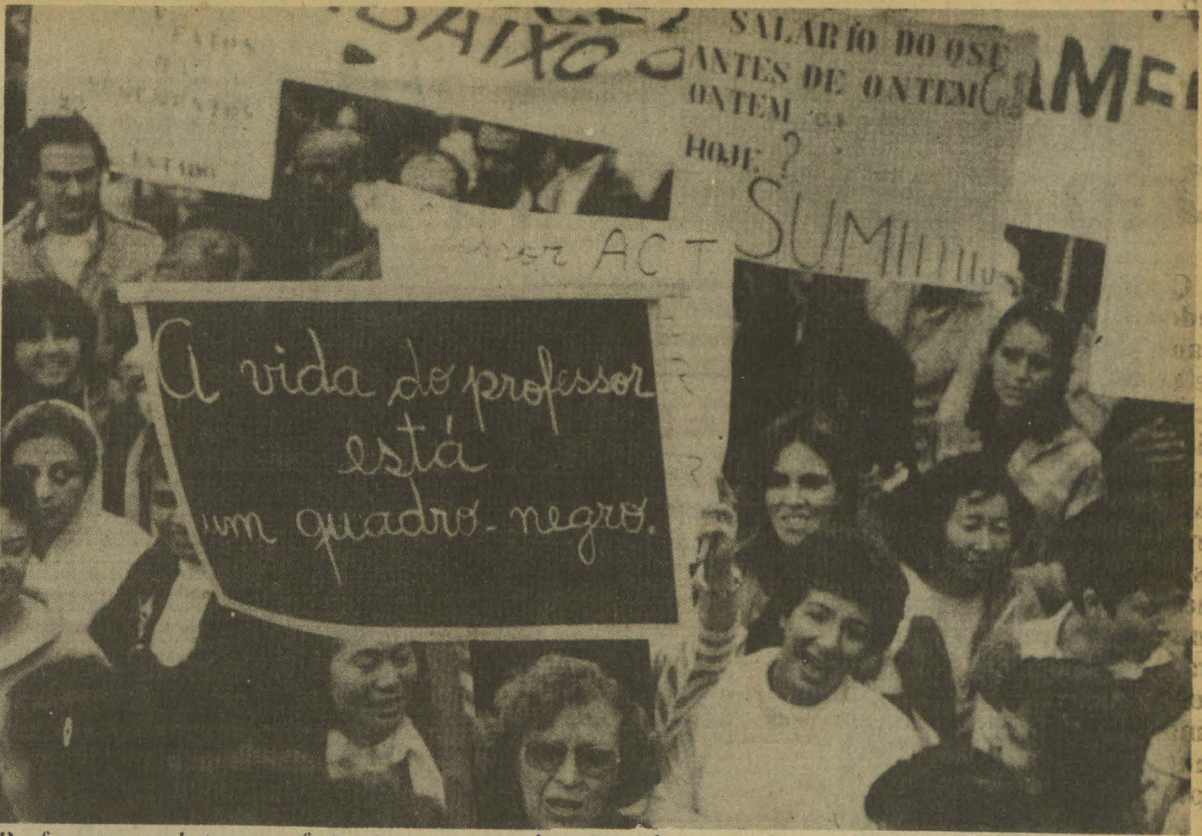
bro do comando de greve, "antes de tudo a greve que realizamos agora é para resgatar a dignidade da categoria, já que o acordo não foi cumprido".

De fato, a empresa comprometeu-se a pagar os 30% a partir de 1º de abril. No dia 13 daquele mês representantes dos funcionários em vários Estados foram a Brasília exigir o cumprimento do acordo. A empresa adiou o pagamento para fins de abril. No dia 16 o assessor da presidência da empresa, José Lago, assinou documento afirmando que os 30% seriam pagos em folha suplementar entre 2 e 10 de maio. Pouco depois convidou a categoria a ir a Brasília "negociar" os 30%. Os representantes de São Paulo e Rio de Janeiro recusaram-se a ir e decidiram entrar novamente em greve.

José Américo Queirós, o Alemão, Vice-presidente da Associação e membro do comando de greve, agrega: "Agora queremos mais. Estamos exigindo 70% de aumento real, estabilidade de dois anos,

40 horas semanais e trimestralidade, não-punição aos grevistas e pagamento dos dias parados. Queremos ter o direito de chegar em casa e encerrar nossos filhos, dizer que estamos lutando por nossos direitos e pelo futuro deles".

Pedro Porcino, presidente da Associação e um dos líderes da greve considera que o movimento é mais do que justo: "Estamos abertos ao diálogo, mas exigimos nossos direitos. Não aceitaremos punições. Entramos na greve juntos e voltaremos juntos ao trabalho assim que chegemos a um acordo". Na quarta-feira a tarde a empresa começou a pagar os 30%. Restavam as ameaças de demissão das lideranças, que os funcionários dos correios não estavam dispostos a aceitar. Na quinta-feira, 16, foi encerrada a greve do Rio. Mas em São Paulo, os funcionários revelaram grande fôlego, realizaram sua maior assembleia, com 5 mil participantes, decidindo prosseguir o movimento até o atendimento das reivindicações. (Olivia Rangel)



Professores paulistas manifestam-se por reivindicações salariais

Professores lutam por melhoria de salário

Em diversos Estados, entre os quais Paraíba, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul, professores da rede oficial do ensino estão ou ameaçam entrar em greve por reivindicações salariais. O movimento teve adesão particularmente grande do magistério gaúcho. Segundo dados do Centro dos Professores, 98% dos 120 mil mestres estão parados no Estado.

Não foi difícil a assembleia dos professores gaúchos decretar greve, tal o descontentamento da categoria com o descaso do governo. Cerca de 25 mil professores de diversos municípios do Rio Grande do Sul aprovaram por unanimidade a realização da greve a partir do último dia 10, reivindicando piso salarial de 2,5 mínimos, reajustado sempre que o salário mínimo for corrigido.

Foi a maior assembleia realizada pela entidade dos professores, que reivindicaram ainda 25% do orçamento estadual para Educação, 13º salário e eleição direta para diretor de escola. O presidente da entidade dos professores, Paulo Egon, ressaltou a unidade da categoria no fortalecimento da greve para a conquista de suas reivindicações. E agregou: "O salário-base do professor é hoje de Cr\$ 416 mil. Só que em abril e novembro o salário-mínimo aumenta, mas o dos professores permanece igual".

APOIO POPULAR

A greve vem contando com o apoio de estudantes, parlamentares e da população em geral. Segundo César Bento Filho, diretor da UBES, "os

estudantes secundaristas apoiam a greve que os professores deflagraram como último recurso para arrancar seus direitos ignorados pelo governo do Estado", que é o PDS. Entidades sindicais e populares também enviaram nota de apoio ao movimento. O deputado Francisco Carrion, do PMDB, lembrou que "a inflação triplicou, enquanto os salários dos professores são reajustados apenas uma vez por ano". O deputado Valdomiro Lima, presidente da Assembleia Legislativa, que recebeu uma comissão de professores, também hipotecou apoio ao movimento grevista.

QUADRO GERAL

Em Goiás, os 40 mil professores da rede estadual reivindicam um piso de três mínimos e um máximo de sete mínimos e três quartos. O governo oferece um mínimo e meio como inicial e um máximo de quatro salários-mínimos e três quartos.

Os professores paraibanos encontram-se em greve desde o dia 2 de maio, exigindo antecipação do reajuste salarial de julho para este mês.

O governo prometeu reajuste acima do INPC. Os profes-

sores querem agora que o abono de 20% prometido pelo governo transforme-se em vencimento. Diante disso o governador Wilson Braga, do PDS, suspendeu as negociações com os grevistas. De acordo com o presidente da entidade da categoria, cerca de 70% dos professores ainda se encontravam em greve até o fechamento de nossa edição.

Em Minas, o professorado em greve reivindica reposição salarial de 49,9%, reajustes trimestrais, eleições diretas para dirigentes escolares e definição de quadro de acesso à carreira.

No Rio de Janeiro, os professores da rede estadual, municipal e particular poderão entrar em greve nos próximos dias exigindo 13º salário e reajuste trimestral. No caso dos 23 mil professores das escolas particulares do Rio, o impasse é a reposição de 10% sobre os salários atuais. Os patrões concordaram com 100% do INPC. Mas o presidente do Sindicato afirma que "o poder aquisitivo do professor caiu 70% este ano" e que não é possível abrir mão dos 10%.

Em São Paulo, os professores farão assembleia no dia 18, reivindicando o trimestralidade. O presidente da Apeoesp pretende convocar uma greve da categoria. As demais entidades profissionais ligadas à área de Educação ainda não se pronunciaram sobre a questão.

Governo Brizola ameaça os grevistas no Rio de Janeiro

O governo Brizola ameaçou descontar os dias parados e tomar "medidas mais drásticas" contra os 25 mil funcionários de hospitais e postos de saúde do Estado e da cidade do Rio de Janeiro. Eduardo Costa, secretário da Saúde, inspirado nos tempos do regime militar, apressou-se a responsabilizar os comunistas pela greve deflagrada dia 7 de maio.

Na verdade, o governo "social-democrata" do Rio devia era, atentar para as reivindicações dos profissionais de Saúde. Eles exigem concurso público para a categoria, plano imediato especial para a Saúde (planos de cargos e vencimentos com novos pisos sa-

lariais, pois 30 das 51 referências do quadro estão ganhando só salário-mínimo), efetivação dos contratados, melhores condições de trabalho e de atendimento à população etc. O secretário Costa recusa-se a estabelecer negociações com os trabalhadores.

O médico Roberto Lana foi demitido da Unidade Coronariana do Souza Aguiar porque denunciou a falta de higiene no hospital e, diante das câmaras de tevê, abriu seu armário, onde estavam várias baratas. Desde então o símbolo do movimento é a barata, ou melhor, a "barazola", uma barata com a cara do Brizola. O Souza Aguiar passou a ser co-

nhecido como "baratódromo".

Além do desconto no salário e da ameaça de demissões, os assessores de Brizola partiram também para a provocação pura e simples. Um tal doutor Gasola chegou a enviar seu assessor para instigar a população a quebrar o Posto de Saúde de Niterói. O vandalismo só foi evitado graças à pronta ação dos funcionários dessa unidade de saúde.

Políticos, sindicalistas e lideranças populares estão solidários com o movimento grevista. Até mesmo o ministro Carlos Santana, da Saúde, conclamou a negociação entre as partes. Mas mesmo isso não foi suficiente para vencer o radicalismo do governo do PDT contra os funcionários.

Contraopondo-se às tentativas do governo de jogar a população contra os grevistas, os funcionários estão realizando assembleias e passeatas, mostrando aos cariocas a justiça de sua luta. Estão, inclusive, fazendo fundo de greve com a venda de cartazes e crachás de "barazolas". "Falta gaze, falta soro, falta tudo, só não falta o bicho cascudo", cantam nas suas passeatas. (da sucursal)



Manifestação dos grevistas no centro do Rio de Janeiro

CDM

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Tempo Novo na vida do servidor da Asaufc

“Tempo Novo na vida do servidor” — este foi o lema da chapa vencedora, nas eleições da Associação de Servidores Administrativos da Universidade Federal do Ceará, Asaufc.

Pela primeira vez, em mais de 25 anos de existência da UFC, ocorreu eleição direta para Asaufc. A história desta entidade esteve marcada pela intervenção da administração da Universidade até 8 meses atrás, quando a eleição da diretoria da entidade ocorria em uma assembléia viciada (pois era formada por delegados — 6 de cada centro, 6 de cada pró-reitoria e mais 6 da reitoria, além de representantes de outros setores da administração). Na verdade era um colégio eleitoral que também servia aos interesses do regime.

Durante a greve do ano passado um grupo de servidores deu sustentação ao movimento, resolveu ir ao colégio e derrotar a chapa do continuísmo. Foi o que deu: Tempo Novo na cabeça assumindo o compromisso de convocar as diretas em 6 meses. No colégio foi eleita como presidente Vera Almeida, que trabalha na biblioteca central, apesar dos protestos de alguns boicoteiros que não entendiam as mudanças que ocorriam na categoria e terminaram por se abster do colégio da Asaufc, seguindo o mesmo raciocínio que utilizavam para não apoiar a candidatura Tancredo Neves para presidente e defender a não-ida ao Colégio Eleitoral.

“Fomos além das diretas; fizemos o Natal dos servido-

res, firmamos convênios com médicos, dentistas e livrarias, reconquistamos o direito de utilizar o Restaurante Universitário e, o mais importante, reconquistamos o respeito e a confiança da categoria para com a entidade. Isto ficou provado pela esmagadora vitória que obtivemos; conseguimos uma diferença de mais de 400 votos em uma eleição em que participaram mais de 900 associados” — afirma Vera Almeida, presidente eleita, agora pelas diretas.

“Neste processo a categoria participou e escolheu quem de fato trabalha e não quem fica só no discurso. A nossa representatividade é confirmada pela vitória” — continua Selminha, segunda-tesoureira eleita. (amigos da TO na UFC - Fortaleza)



Belgo Mineira quer expulsar 28 famílias

A CIA Agroflorestral Santa Bárbara, subsidiária da Belgo Mineira, quer expulsar 28 famílias de posseiros, total de 187 pessoas, da “Fazenda” Manoel Pereira, município de Senador Modestino Gonçalves. Estes posseiros lá vivem há 40 anos e nunca conheceram patrão. Lá produzem de tudo: milho, feijão, mandioca, e criam porcos. Durante muitos anos, foram lesados por diversos aproveitadores que lhes cobravam renda sem serem donos de terras. Em julho do ano passado, um senhor fortemente armado, conhecido como “José de Fábio”, obrigou os posseiros a assinarem um documento de parceria. Este mesmo senhor vendeu estas terras à CIA Agroflorestral Santa Bárbara; vendeu uma coisa que não era sua. Não existe documento destas terras nos cartórios da região, existindo apenas 374ha de uma fazenda chamada “Sobrado Manoel Pereira.” Só que são duas coisas diferentes. Existe a Fazenda Sobrado, cuja maior parte está no município de Itamarandiba e pequena parte no município de Senador Modestino Gonçalves; a Fazenda Manoel Pereira é outra.

Para fazer valer seus in-

teresses, a CAF coloca jagunços para intimidar os posseiros e fazer estradas à força. O jagunço Antônio Ribeiro da Silva, o Sargento José Eugênio Campos e o Sargento Dimas são alguns dos que estão lá, andando armados, sob as ordens do Cel. Vivaldo, ex-comandante do 3º Batalhão da Polícia Militar, hoje diretor da CAF.

Dia 30 de abril, uma máquina patrol da CAF, escoltada por 8 elementos armados, invadiu as terras dos posseiros, derrubando cercas e fazendo estradas, sem nenhuma ordem judicial ou outra qualquer. Sabemos que a geração de empregos é importante para nossa região, mas não queremos um “progresso” que leve a miséria a 187 pessoas. Além do mais quem se beneficia é uma empresa que nem brasileira é, sendo de origem Belga, que está a explorar nossas riquezas e nosso povo. Diante desta situação, reivindicamos do governo e das autoridades que: prendam e desarmem os jagunços e legitimem as terras dos posseiros. (Delegacia Sindical de Manoel Pereira — Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamarandiba — Minas Gerais)

SABs na luta pela democratização

No dia 10 de maio, tivemos uma reunião com mais de 400 pessoas representando 36 Sociedades Amigos de Bairro da região de São Miguel-Ermelino-Itaim Paulista. A reunião foi convocada pelo Conselho das SABs da região e contou com a presença do prefeito Mário Covas.

Entre as reivindicações de asfalto, pontes metálicas (a região necessita urgente de mais de 50 pontes), canalização dos córregos, etc., os representantes das entidades levantaram problemas como melhoria das escolas, lazer para a juventude, melhor atendimento ao menor, etc.

Também se insistiu na construção dos hospitais de Ermelino e Itaim Paulista, da escola profissionalizante para jovens e adultos em São Miguel, que sirva toda a região, e na cessão, em regime de comodato, de áreas públicas, para construção das sedes das Sociedades para melhor organizar a população.

Entre os problemas que mais preocupam os moradores destacou-se o último aumento dos transportes.

A população está indignada com este aumento, “que tira a comida de nossa mesa” — como afirmou uma senhora. Um motorista declarou que esse absurdo de repassar tudo para o usuário empobrece o povo e muitas vezes coloca os passageiros contra motoristas e cobradores.

Foi anunciado o Encontro Nacional de Associações de Moradores pela Constituinte em Brasília, dia 19 de setembro. No dia 18 de maio, será realizada a festa junina das SABs na Praça do Forró.

Hoje as Sociedades Amigos crescem, se renovam, democratizam seu funcionamento e se organizam para responder melhor ao momento político.

Os bairros têm ainda muitas reivindicações por melhorias. Porém as SABs lutam também por problemas mais gerais que precisam ser resolvidos, como desemprego, custo de vida, saúde, educação. E nos últimos quatro anos elas participam da luta pela democratização do país.

(Ana Maria Martins, presidente do Conselho das SABs de São Miguel Paulista, e do Conselho de Fomento da Fundação Maurício Grabois)



fala o POVO

Neste número temos um interessante relato sobre a eleição de uma nova chapa para a Associação de Servidores Administrativos da Universidade Federal do Ceará, Asaufc. Os servidores encontraram o caminho democrático para escolher uma diretoria representativa para sua entidade.

Diversas outras cartas merecem destaque, como a denúncia das atividades de um médico que colaborou com a repressão no sul do Pará. Cartas que mostram a importância desta seção para todos que lêem nosso jornal. (Olivia Rangel)

Minha experiência na greve da Vostal em São Bernardo

Em função de uma organização que estávamos desenvolvendo com os operários da Vostal, em São Bernardo do Campo, nos sentíamos preparados para encarar a campanha salarial. Embora considerando que diante da intransigência patronal deveríamos parar em 1º de abril, seguimos a orientação do Sindicato aprovada em assembléia. E no dia 11 de abril paramos a empresa numa greve “de fora”, sem entrar na fábrica.

Depois a tática foi a greve, dentro da empresa, o que iria medir nossa organização. Fomos à assembléia e decidimos que a Vostal pararia na segunda-feira, 15 de abril dentro da empresa. Às 9 horas estávamos completamente paralisados: produção, ferramentaria, etc., menos a administração. Neste primeiro dia tivemos inclusive um confronto mais direto com gerentes e chefias que queriam reprimir os companheiros (em sua maioria mulheres). Porém conseguimos a paralisação, apesar de uma áspere discussão com um gerente que queria nos atemorizar com gritos, Luis Ferreira. Nós, operários, falamos mais alto e até alguns companheiros que estavam dentro da empresa resolveram sair e unir-se a nós, em meio a aplausos. Ficamos em greve dias 20 e 21. A mulherada manteve-se firme à frente do movimento. Com a morte do presidente Tancredo Neves, decidimos voltar ao trabalho e retomar a greve no dia 25 de abril.

No dia 26 os patrões não agüentavam mais ver a gente parado. Parecendo “cachorros doidos”, resolveram nos dispensar e pagar o sábado e domingo. E num comunicado nos mandavam voltar na segunda-feira. Fizemos assembléia e saímos.

Quando voltamos na segunda-feira, eles tentaram nos impedir de entrar na empresa e confinaram quem estava lá dentro e queria sair.

Participamos das comemorações do 1º de Maio. No dia 2, nova dispensa de serviço. Decidimos ir ao Sindicato com o companheiro batalhador Wagner Lins. Somos 430 funcionários. Mais de 130 foram ao Sindicato, mostrando nossa disposição de luta.

No dia 6 pela manhã começaram as demissões, com uma lista de 29 companheiros. Mesmo assim conseguimos manter 70% de paralisação. Tivemos que voltar para não prejudicar mais companheiros. Essa foi a parte mais dura do movimento. Mas tenho a certeza de que a luta não acabou agora. Os operários da Vostal nunca haviam travado uma luta desse porte. A semente está plantada e criará novas raízes. (Operária da Vostal — São Bernardo, São Paulo)

Reforma agrária para acabar com a grilagem no campo

Da herança deixada pelo regime militar ainda persistem na Transamazônica, no Pará, conflitos de terras que têm causado a expulsão de posseiros. Segundo nota divulgada no dia 19 de abril pela pelazlia do Xingu com sede em Altamira, o fazendeiro João Couvre e mais três elementos desconhecidos, portando armas e moto-serra, foram até o Km 95 norte, trecho Altamira-Itatuba, na gleba Surubim, no dia 11 de abril, cortaram os esteios de um barraco comunitário onde os posseiros guardavam suas mercadorias e atearam fogo. Isso para intimidar os posseiros e fazê-los sair da terra. No dia 14 de abril, o grileiro de terras Jocelino Taketi, em plena rua da agrovia Medicilândia do Km 90, ameaçava pessoalmente de morte o delegado sindical, o padre e o bispo que atuam naquela região. Estes conflitos vêm se tornando cada vez mais frequentes na Transamazônica em decorrência da inoperância do INCRA, sendo que na maioria dos casos seus funcionários acabam favorecendo os grileiros. É preciso que o governo da Nova República dê fim de uma vez por todas a estes conflitos através da realização de uma reforma agrária radical e justa com a devolução da terra aos agricultores. (Amigo e leitor da Tribuna Operária em Altamira)

Médico torturador reaparece em Altamira

Dr. Anísio Ferreira de Souza, médico que participou da repressão ao povo do sul do Pará durante a Guerrilha do Araguaia, iniciou sua picaretagem em Altamira há 3 anos atrás com a fundação de uma creche construída com doações da comunidade local. Esta foi fechada logo em seguida por uma ação judicial movida pelos funcionários. Montou, também, a miniclínica Dr. Anísio, que funciona sem as mínimas condições. Não tem janelas nem assepsia adequadas. Periodicamente rompe no interior da clínica uma fossa cloacal. Os pacientes ao procurá-lo são convencidos a internar-se, independentemente da doença ou da gravidade do caso. Cada paciente é medicado com um coquetel diário de sorro glicosado, penicilina e vitaminas do complexo B, sendo empregado na maioria das vezes material já utilizado em outro paciente. O tratamento é realizado sem qualquer tipo de exame radiológico ou laboratorial prévio e muitas vezes com medicação de amostra grátis que entra no orçamento como se fosse medicação comprada. É hábito seu explorar a boa-fé religiosa dos pacientes dizendo-se evangelizador e recebedor de espírito. Para justificar o fracasso do tratamento repete costumeiramente a frase: “Quando Jesus chama, é crime querer segurar na terra”. Acusa a medicina científica de medicina profana. Exerce uma brutal exploração sobre seus funcionários, a maioria sem carteira assinada, com excesso de carga horária, explorando ainda o trabalho



de estagiárias para as quais não oferece as mínimas condições de ensino. Seu pagamento, quando acontece, é feito através de minguados vales.

Em caso de insistência por parte do funcionário, este é demitido. Manda-o procurar seus direitos aproveitando-se do fato da inexistência da Junta do Trabalho em Altamira. Ainda há pouco houve demissão de vários funcionários com salários atrasados, que estão ameaçados de não receber. No momento, todos os esforços estão sendo feitos junto à Justiça pelos funcionários de-

mitidos para que casos como este sejam devidamente tratados pelas autoridades competentes.

Engana os pacientes com linguagem sofisticada se dizendo especialista, sendo que na realidade desconhece a própria medicina, o que vem a ser um risco para a comunidade.

Quero utilizar este jornal que vem demonstrando ser corajoso para tornar de conhecimento público um pouco das atrocidades que vêm ocorrendo em Altamira. (leitor da TO em Altamira - Pará)

“Está na hora de dar um tranco no abuso patronal na Brahma”

A cervejaria Brahma, em Porto Alegre, demitiu no final do mês passado o vigia Jorge da Silva após este ter brigado com o fiscal do setor. Dentro da fábrica foi organizado um abaixo-assinado pelo tratamento desigual dado ao caso. Os operários estão descontentes também porque o fiscal envolvido na briga, Waldomiro Schuquel, é conhecido por seu gênio agressivo e provocador. Lembrem, inclusive, que ele foi responsável pela demissão de um operário com 22 anos de firma. Este mesmo encarregado seguidamente perde o controle emocional e ofende o pessoal. A Brahma em resposta ao abaixo-assinado, que teve a adesão de 60 operários, demitiu outros dois vigias pelo fato de terem dado sua assinatura ao protesto. Um dos operários da Brahma, falando sobre o caso, afirmou: “Não podemos considerar como um dos nossos o trabalhador que não está ao lado dos colegas. Ele não merece nosso crédito porque faz o serviço do patrão”.

O descontentamento na Brahma é grande, pois, além da exploração usual, a firma



faz tudo para ludibriar os operários. Com esta intenção a firma adotou um esquema de horas de trabalho que é ilegal. Quando tem muito serviço a firma faz o operário trabalhar de 10 a 12 horas, só que não paga hora-extra e dispensa o trabalhador do serviço duas horas antes em dias de pouco trabalho para compensar. A falta de respeito com o cumprimento das leis chegou ao ponto de, no feriado pelo falecimento do presidente Tancredo Neves, a empresa abrir suas portas e fazer o pessoal do turno das 6 horas começar a tra-

balhar, somente dispensando-os no meio da manhã. Outro problema enfrentado é com as dispensas de pessoal. Apesar de repetidas promessas ao Sindicato da categoria nos dissídios, de que ninguém será demitido, desde o início do ano a Brahma tem colocado, em média, 10 operários na rua por mês. São tantos os desmandos e o desrespeito aos direitos de quem trabalha que já está na hora de dar um tranco no abuso e na prepotência patronal. (correspondente da TO na Brahma — Porto Alegre, Rio Grande do Sul)

Victor Hugo e seu mestre, o povo em luta

Está fazendo um século. Foi em 22 de maio de 1985, em Paris, que morreu Victor Hugo. Romancista, poeta, polemista mordaz, panfletário, deputado, senador, exilado, defensor ardente das revoluções, foi um dos maiores escritores da França e sem dúvida o mais amado pelo povo. Um milhão de pessoas compareceram ao seu enterro.

Conta-se que o velho pensador (tinha 83 anos) ainda gritou — “É o combate do dia com a noite!” — antes de repousar para sempre a cabeça majestosa, que fizera o célebre escultor Auguste Rodin comentar: “A primeira vez que avistei Victor Hugo, pensei ver um Júpiter francês”.

Este último brado de guerra espelha bem a alma do lutador incansável, que a França relembra este mês com uma infinidade de publicações e homenagens. A luta foi o seu elemento, a matéria-prima de toda a sua vasta obra literária, a razão de ser de sua trajetória política.

Sua própria vida pode ser descrita como uma batalha interna ciclópica, dessas que ele retratava com tanta força em seus livros, entre Victor Hugo e Victor Hugo — batalha que durou uma existência inteira e de onde saíram vencedores o amor ao povo, a admiração e a disposição de aprender com a gente simples, trabalhadora e explorada.

Sim, porque o Victor Hugo que conhecemos não nasceu pronto e acabado. Resultou de todo um processo de embates e rupturas, às vezes dolorosas, com o que havia de velho na vida, na arte e na sociedade. Neste sentido ele figura, ao lado de Leon Tolstói, o grande romancista russo, como um exemplo de intelectual honesto, humilde o suficiente para “acertar o passo” com os sentimentos, os reclamos e as lutas populares.

Um menor abandonado morre, cantando, nas barricadas

Victor Hugo nasceu em 1802, filho de um coronel dos exércitos de Napoleão. Muito precoce, aos 12 anos já tinha um poema premiado e aos 20 publicava seu primeiro livro, “Odes e Poesias”. Esta primeira fase, porém, é marcada pela bitola estreita da escola clássica, enaltecimento da monarquia restaurada na França em 1815, e de ataque à revolução de 1789. É conservadora na forma e reacionária no conteúdo.

Uma primeira viragem acontece em 1827, sob o influxo das ideias liberais que prenunciavam a Revolução de 1830 e a queda da dinastia dos Bourbons. Nesta época, publica o drama teatral “Cromwell”, com um prefácio que é um manifesto em defesa do romantismo — a nova escola literária que, em oposição ao clacissismo, exprime as inquietações e objetivos revolucionários da burguesia da época. Em 1829 outra peça sua, “Marlon Delrome”, é proibida sob suspeita de conter uma crítica ao rei. Assim, quando estoura a revolução, o jovem escritor a recebe com entusiasmo.

Um ano depois, surge o primeiro grande romance, e grande sucesso de público: “Notre Dame de Paris”. Segundo a moda romântica, a história se ambienta na Idade Média. Mas seu herói, fugindo à regra, não é um garboso ou cavaleiro e sim um jovem enfeitado, notável por sua feiúra: Quasimodo, o célebre “Corcunda de Notre Dame”, que até hoje emociona milhões de leitores e teve várias versões para o cinema.

Escolher gente do povo para personagens de suas obras não significava que o escritor tivesse completado seu aprendizado. Longe disso. Sob a nova monarquia de Luís Filipe (1830-1848), apelidado “o rei banqueiro”, boa

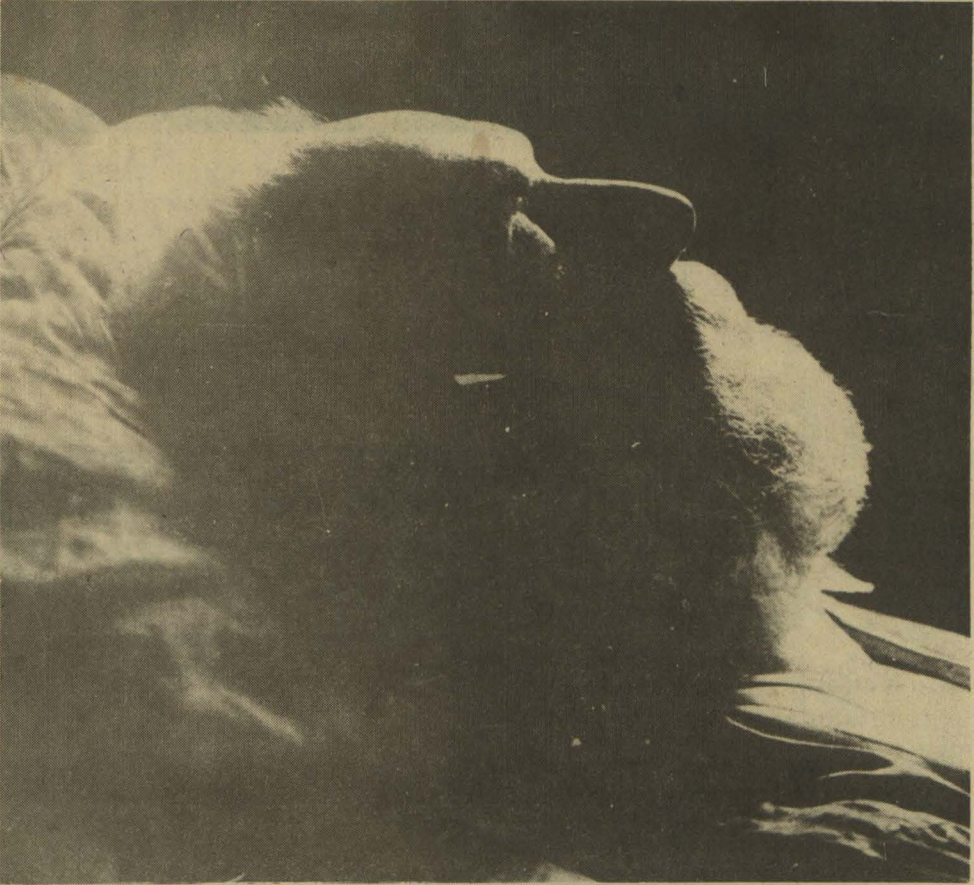
parte dos escritores românticos era cooptada para a defesa da ordem vigente. Victor Hugo foi guindado à Academia de Letras (1841), nomeado “par de França” (1845) e chegou a privar da intimidade do rei, enquanto se dedicava apenas a uma poesia de tipo intimista.

Outra revolução, a de 1848, iria sacudir essa letargia e assinalar o encontro definitivo de Hugo com as massas do povo.

Em fevereiro o rei é deposto. Vem a República. E nas barricadas de junho o proletariado de Paris enfrenta a burguesia, pela primeira vez. Isso cala fundo no cérebro fervilhante e no coração generoso de Hugo, que diz ter visto a miséria “explodir” diante de si. Logo após, ele é eleito deputado constituinte, ainda pelo **Partido da Ordem**, monarquista e clerical. Mas em pouco tempo, instruído pelos acontecimentos revolucionários, ele rompe indignado com o **Partido da Ordem** e põe seu talento de polemista a serviço da causa da República democrática.

Em 2 de dezembro de 1851 — o célebre “18 brumário” — Luís Bonaparte encabeça um golpe de Estado na França, dissolve a Assembléia e coroa-se imperador. Hugo é obrigado a passar para a Bélgica, usando um passaporte falso, com o nome de Lanvin, operário.

Começa então um exílio de 19 anos. Hugo jura não voltar à França enquanto o poder estiver com Luís Bonaparte, que chama de “Napoleão, o pequeno”, em um vibrante panfleto. E a promessa é cumprida. Em 1859 Napoleão oferece a Hugo a anistia,



O grande escritor há um século, no leito de morte: “É o combate do dia com a noite!”

mas este recusa. Desta fase datam algumas das suas obras-primas — o poema “A legenda dos Séculos”, os romances “Os Miseráveis”, “Os Trabalhadores do Mar” e “Noventa e Três”.

“Os Miseráveis”, que Tolstói considerava “o melhor romance francês”, é uma movimentada pintura da vida do povo francês entre 1815 e 1832. Como bom romântico, Hugo dá realce ao extraordinário e ao grandioso porém, ao contrário da ala direita do romantismo, não faz disso uma tentativa de fuga da realidade. Seus personagens são todos baseados em pessoas reais, e, por isto, têm os pés bem plan-

tados na vida social concreta. Estes traços realistas dão à obra uma impressionante modernidade. Mais uma vez, os heróis são gente do povo: Jean Valjean, assalariado agrícola que passa 19 anos nas galés pelo furto de um pão; Cosette, filha de uma prostituta; ou o impagável Gavroche, espécie de menor abandonado da Paris do século XIX, que morre nas barricadas republicanas com uma canção nos lábios e um cesto de cartuchos na mão.

Paris o adora: 600 mil o visitam no aniversário

Mesmo distante da pátria, Victor Hugo passou a fazer um estrondoso sucesso junto ao povo francês. Em 1870, Napoleão III finalmente é deposto. Um dia depois, Victor Hugo

volta à França e é recebido por uma grande manifestação de massas onde declara: “Paris é a cidade da civilização. Sabem por quê? Porque é a cidade da revolução”.

De fato, nas entranhas da velha capital francesa gesta-se mais uma revolução — desta vez a primeira revolução do proletariado, a Comuna de Paris. A atitude de Hugo frente à Comuna é contraditória: considera-a “uma boa coisa mal feita”, apóia seu programa, critica vários de seus atos. Mas não reluta em denunciar o massacre e a caçada humana que se seguem à derrota dos revolucionários. Chega a abrigar alguns deles na casa onde se encontrava, em Bruxelas, e por isso é expulso pelo governo belga.

Eleito deputado e mais tarde senador, por Paris, usa a tribuna e a pena para defender o povo e a liberdade. Em 1872 publica o poema “Anos Terríveis”, onde elogia a Comuna e rende homenagem a sua poetisa, Louise Michel. Em 1874 vai ao prelo outra obra-prima, “O Homem que Ri”.

Os políticos e literatos burgueses torcem o nariz. A crítica oficial, na impossibilidade de negar seu talento, qualifica-o de temperamental e superficial. Mas o povo o adora. Em seu 80º aniversário, nada menos que 600 mil pessoas comparecem à sua casa. E os funerais de Hugo foram uma homenagem como jamais se prestou a um poeta.

Assim morreu o mais alto expoente do romantismo francês: nos braços do povo. Sem chegar a romper com os limites daquela escola literária, ele soube mais que ninguém dar-lhe a força que só o contato vivo com a realidade produz. E sem chegar a abraçar as ideias do socialismo científico lançadas por seu contemporâneo Karl Marx (embora se declarasse socialista), dedicou sua vida às causas libertárias dos explorados e oprimidos. Merece todas as homenagens este gigante da literatura que soube ouvir com atenção e acatar como modesto discípulo as lições que vinham do grande gênio coletivo — as massas populares.



Ilustração de Delacroix para “Os Miseráveis”; à frente, o impagável Gavroche



Cerca de 10 mil pessoas assistiram ao show do Ano Internacional da Juventude na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 11. Promovido pela União Nacional dos Estudantes, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, UEE e UMES, o espetáculo contou com o apoio do governo de São Paulo. Língua de Trapo, Sá e Guarabira, Zé Geraldo, Itamar Correia, Itiúba, Grumo Moxotó e inúmeros outros artistas apresentaram-se na praça. Carlos Lyra, numa homenagem especial à UNE, cantou o hino da entidade, que compôs em parceria com Vinícius de Moraes. O ator Paulo Autran e vários políticos compareceram no palco, para apoiar a promoção.

“Foi um reencontro da juventude estudantil com a cultura popular, de maneira organizada”, avalia Suely Torres de Andrade, da União Estadual dos Estudantes. “Várias delegações de cidades próximas a São Paulo, como a União Andreense dos Estudantes, organizaram caravanas, com faixas saudando o Ano Internacional da Juventude. Com esse show, pretendemos abrir uma série de promoções a serem realizadas este ano pelas entidades estudantis, tendo como ponto alto um festival no segundo semestre”, finaliza a diretora da UEE. (Ivone Barbosa)

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Telefax: 01132133 TLOBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinnati Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARA - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 402 - 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro de Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de

Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Avenida Goiás, 657 (esquina com a Rua 4), sala 201. Fone: 223-5571. Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. Juiz de Fora: Galeria Constança Valadães, 3º andar, sala 411 - CEP 36100.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçada - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428. Fone: 234-7484. CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Padre Celestino, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 408, sala 1 - Centro - CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andrades, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias

do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20. Aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 90000. Rio Grande: Rua Gen. Victorino, 746-A - CEP 96200.
RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Álvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. Niterói: Av. Amaral Peixoto, 370, sala 803 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26200.
SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13580. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorúls, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Ou compre com desconto no Centro de Documentação e Memória da Campanha Nova República da T.O.



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- | | | |
|------------------------------------|--------------------------|--------------|
| Anual (52 edições) | ☐ | Cr\$ 100.000 |
| Anual Popular (52 edições) | ☐ | Cr\$ 50.000 |
| Semestral (26 edições) | ☐ | Cr\$ 50.000 |
| Semestral Popular (26 edições) | ☐ | Cr\$ 25.000 |
| Assinatura trimestral (17 edições) | ☐ | Cr\$ 12.500 |
| Anual para o exterior (em dólares) | ☐ | US\$ 70 |

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Data: _____

Endereço a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo - CEP 01318.
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O que é o Estatuto da Terra?

“O Brasil precisa promover logo a reforma agrária, enquanto ela pode ser feita de maneira pacífica. Se não, a situação fugirá ao controle e teremos uma explosão social de consequências imprevisíveis.” O alerta, feito pelo ministro Nelson Ribeiro, do recém-criado Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, demonstra a grande preocupação da Nova República com os graves problemas fundiários do país e o consequente aumento dos conflitos armados pela posse da terra.

Mas qual a medida que o governo propõe para realizar a reforma agrária? Para a Nova República, a panaceia que resolverá todos os problemas fundiários, ou pelo menos os atenuará, será o Estatuto da Terra. Daí surge uma nova pergunta: a aplicação do Estatuto representará realmente o fim do sofrimento de mais de 12 milhões de famílias de trabalhadores rurais com pouco ou sem nenhuma terra para cultivar no Brasil?

Esta é uma das questões mais importantes, se não a de maior importância, que o movimento sindical do campo terá de responder no seu 4º Congresso Nacional, em fins de maio. Para que a resposta represente um avanço na luta pela verdadeira reforma agrária, é preciso avaliar o real significado do Estatuto da Terra, seus objetivos e limitações.

Está nítido e claro para uma parcela respeitável de sindicalistas do campo que a aplicação do Estatuto da Terra não resolverá os graves problemas da estrutura agrária brasileira. Para os trabalhadores, não deve haver ilusões quanto ao alcance desta medida de aparência reformista. A sua aplicação, quando muito, poderá resultar na distribuição de algumas glebas de terra, representando um desafio imediato e conjuntural para um certo número de camponeses das áreas de maior tensão social. Mas, de forma alguma, representará uma mudança significativa na estrutura fundiária, que acabe com o poder secular do latifúndio no país.

O Estatuto da Terra, ou lei 4.504, foi aprovado pelo Congresso Nacional em 30 de novembro de 1964. Proposta

Contag rumo ao 4º Congresso



tribuição de alguns títulos de propriedade. De maneira nenhuma o Estatuto da Terra foi criado para eliminar o latifúndio. Isto nunca passou pela cabeça dos promotores do golpe militar de 64, que contaram exatamente com o vital apoio dos reacionários donos das grandes propriedades rurais do país.

O Estatuto alivia momentaneamente as tensões, beneficiando os latifundiários

Foi com essa perspectiva anti-reforma agrária que se elaborou a lei 4.504. Todos os seus artigos, parágrafos e alíneas caminham neste rumo. Apesar da confusão proposital existente no texto da lei, fica claro que o Estatuto da Terra elege como objetivo prioritário para as desapropriações e ulterior distribuição das terras da União, as terras devolutas e, por último e em último caso, as terras inexploradas dos latifúndios.

Ao estabelecer como primeiro passo para a reforma agrária a desapropriação “por interesse social” nas áreas de conflitos fundiários, o Estatuto não prevê o assentamento dos trabalhadores rurais nas próprias áreas em litígio. Dizendo aplicar a lei, o governo pode deslocar grupos de posseiros de áreas férteis, próximas de núcleos urbanos e com certa infraestrutura, para terras pobres ou distantes de qualquer mercado consumidor. Com isso levam vantagem os grandes proprietários ru-

rais que, envolvidos em disputas pela terra com trabalhadores, conseguem deslocá-los, com a ajuda governamental, para terras marginais, amortecendo momentaneamente as tensões sociais.

Não é para menos que o próprio Estatuto prevê mecanismos que inviabilizam a distribuição de terras dos grandes latifúndios. Pela lei, qualquer propriedade rural que explore minimamente sua área agricultável pode ser incluída na categoria de empresa rural. E, afirma o artigo 19, parágrafo 3º, do Estatuto: “Os imóveis que satisfizerem os requisitos pertinentes à empresa rural (...) estão isentos de desapropriação”. Para fugir à desapropriação basta que o latifúndio se equipe com “pastagens, matas naturais e artificiais e benfeitorias” (artigo 4º).

Até hoje os grandes proprietários não necessitaram usar desse artifício legal, já que o regime militar não os incomodou. Mas agora, com a promessa da Nova República de aplicar o Estatuto da Terra, qualquer um poderá realizar pequena melhoria no seu imóvel inexplorado e reclamar que seja classificado como “empresa rural”. Para isto, basta se dispor a apresentar um projeto capaz de adequar a propriedade aos requisitos da lei, tendo uma carência de três anos para levá-lo à prática.

Com essa manobra fácil e suja, o latifundiário fica salvo de qualquer desapropriação, sendo que o problema fundiário permanece. Nessas “empresas rurais” prossegue a alta concentração da terra e as relações de produção são as mais injustas. É notório que a

maioria das chamadas empresas rurais não pagam sequer o salário-mínimo aos trabalhadores, nem os registram, e que o seu rendimento agrícola é bastante baixo.

“Empresa rural”: uma manobra que dificulta a distribuição das terras nos latifúndios

Nesse sentido, vai por água abaixo a promessa dos idealizadores do Estatuto da Terra de que o estímulo às empresas rurais reduziria os graves conflitos pela terra. Esta idéia tem se mostrado falsa, uma vez que a penetração do capitalismo se dá acoplada à velha estrutura fundiária, concentrando ainda mais a propriedade da terra, mantendo a tendência histórica predominante da exploração monocultora da nossa agricultura e espoliando barbaramente os trabalhadores, relembrando a escravidão.

Prova disso são as greves nas usinas de cana-de-açúcar do país. Na região de Ribeirão Preto, no interior paulista, por exemplo, se concentram 21 agroindústrias álcool-açucareiras e 41 mil fornecedores. Estas usinas são as que se adaptam mais facilmente ao conceito de empresa rural, o que vale dizer que não serão desapropriadas e nada sofrerão com a aplicação do Estatuto da Terra. No entanto, nelas, a produção agrícola se faz às custas de trabalhadores altamente explorados e subempregados (os bóias-frias), que não têm sequer os direitos trabalhistas mínimos conquistados pelos operários urbanos desde o começo do século.

Por último, vale ressaltar que, mesmo que se ultrapassem todas as barreiras legais e se desaproprie algum latifúndio, surge um novo problema para reflexão dos sindicalistas: a questão da indenização. Sem dúvida, o Estatuto da Terra é mais avançado do que a Constituição de 46, que estabeleceu que a desapropriação por interesse social só seria feita mediante “prévia e justa indenização em dinheiro” (artigo 147).

A lei 4.504 e suas leis complementares estabelecem que a indenização por desapropriação deve ser feita com títulos da dívida pública, resgatáveis em parcelas anuais sucessivas num prazo de no máximo 20 anos. Mas aí reside o novo truque do Estatuto: a indenização se fará de acordo com o “justo valor” do imóvel — mas este já foi estipulado pelos latifundiários, através da Confederação Rural Brasileira, e conta inclusive com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

É justo indenizar as terras desapropriadas dos grandes imóveis da zona rural do país?

Pelo que até hoje tem prevalecido, a indenização deve coincidir com o “valor comercial” do imóvel rural, o que supervaloriza as terras dos latifundiários — mesmo as inaproveitadas. Isto porque o preço comercial da terra fica sempre acima da sua produtividade, fruto da espúria especulação imobiliária. Além disso, nesse valor comercial estão incluídas as obras públicas de infraestrutura, custeadas com verbas públicas.

Por outro lado, a lei 4.504 privilegia o dono da terra desapropriada com prazos curtos (de 5 a 20 anos) para o resgate dos títulos da dívida pública; dá garantias contra eventuais desvalorizações monetárias; e os títulos rendem juros de 6 a 12% ao ano e podem ser usados no pagamento de fianças e até no pagamento de metade do Imposto Territorial Rural. Ou seja: através de todas estas artimanhas, a desapropriação pode se tornar, inclusive, um bom negócio para o latifúndio inexplorado. Afinal, o latifundiário concentrou a terra e as deixou inaproveitadas com fins meramente especulativos. Ao receber uma indenização supervalorizada, seus sonhos de enriquecimento ilícito são concretizados!

Neste aspecto cabe nova reflexão: é justo indenizar o latifúndio? Esta praga gerou grande atraso no país, nada fez no sentido produtivo, é um parasita que vive da mera exploração da renda da terra. Não cabe salvá-lo das mudanças que ocorrerão no campo. O que se tem de garantir é que os milhões de posseiros, meeiros, arrendatários, pequenos proprietários e assalariados rurais tenham acesso à terra e a uma vida digna. Isto supera o direito burguês de propriedade!

(Altamiro Borges)

Visão tacanha do latifúndio

No final de abril, o ministro Nelson Ribeiro anunciou que estava utimando um projeto de assentamento dos trabalhadores rurais, no espírito do Estatuto da Terra, e que este seria apresentado no 4º Congresso da Contag. A notícia gerou imediata reação dos latifundiários, que protestaram com veemência contra “a pressa de promover a reforma agrária”.

Um de seus representantes, o arqui-reacionário Sérgio Cardoso de Almeida, poderoso fazendeiro ex-deputado do PDS, chegou a escrever raivoso artigo num jornal paulista “alertando” o governo para “o perigo da ascensão dos demagogos”. E ainda conclamou os “produtores rurais” a se levantarem para bloquear “os planos sinistros contra as propriedades rurais e impedir o anúncio desse projeto que irá comprometer o governo federal com promessas utópicas, grosseiras e incompetentes”.

O duro contra-ataque dos latifundiários fez o ministro Nelson Ribeiro adotar uma postura conciliadora: “Tudo será feito com base no Estatuto da Terra e não vamos tomar propriedade de ninguém”, argumentou o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Explicou que seu projeto de assentamento pretende “analisar se vamos dispor de terras públicas ou se precisa-

remos lançar mão de latifúndios improdutivos”.

RICO ENSINAMENTO

Esse episódio, que revela a divisão no seio das classes dominantes, é rico em ensinamentos. De um lado, mostra que o latifundiário é tão tacanho que não aceita sequer a implantação do limitado Estatuto da Terra, temendo qualquer mudança no campo. Por outro, evidencia as grandes debilidades da aplicação do Estatuto. É lógico que um projeto que só em último caso “lançará mão das terras improdutivas do latifúndio”, que “não vai tocar na propriedade de ninguém” e que será feito “através do diálogo”, não tem condições de promover uma verdadeira reforma agrária.

Nesse contexto de expectativa de mudança na estrutura agrária, ganham ainda maior importância as resoluções do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Nele os representantes dos explorados do campo precisam discutir quais os melhores meios de pressionar a Nova República a promover mudanças mais profundas na zona rural, e não meros paliativos conciliadores. Mais do que isso, com independência, os sindicalistas rurais necessitam aprovar formas concretas de luta para efetuar no país uma reforma agrária que ponha fim ao latifúndio.



Foto Paulo Fontelles



O Estatuto pretende desmobilizar os posseiros armados do Pará, auxiliando os grileiros, e em nada beneficia os bóias-frias das usinas de Guariba



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois